



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 4

SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE ABRIL DE 2022

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30/06/2022.

M.
Pedro
M.

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 18 de Fevereiro de 2022; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

• **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09];-----

• **Ponto 2** – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021; -----

• **Ponto 3** – Descentralização de Competências na área da Educação – Alteração Orçamental Modificativa n.º 1 e Alteração à Estrutura Nuclear do Município; -----

• **Ponto 4** – Adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho; -----

• **Ponto 5** – Balanço Social de 2021; -----

• **Ponto 6** – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio - PMDFCI Torre de Moncorvo 2022-2031; -----

• **Ponto 7** – Moção intitulada “*Contra a Construção da Unidade Industrial Transformadora de Bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo*” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista; -----

• **Ponto 8** – Eleição de dois representantes para integrar a Assembleia Intermunicipal do Douro [(alínea a) do n.º 1 do artigo 83.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09)]. -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

16/1
Pedro
M.

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

----- Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição do deputado João Leonardo*); -----

-----Catarina Patrícia Valente Lopes; -----

----- Bernardo Pando da Silva; -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----

-----Carla Sofia Henrique Nogueira Batista – Tesoureira da Freguesia de Cabeça Boa; -----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilariça; -----

-----Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----

-----José Carlos de Sá Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----

-----Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----

-----Patrícia Sofia Teixeira Neto - União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):** -----

-----José Manuel Rodrigues Aires; -----

----- Diana Margarida Madaleno Cabeleira (*Em substituição da deputada Altina Pinto*); -----

-----Fausto Edmundo Tiago; -----

-----Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----

-----Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----

-----Luís Miguel Lopes; -----

-----António Júlio Andrade; -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia:**-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva – 2.ª Secretária.-----

-----A CÂMARA MUNICIPAL esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Presidente de Mesa: Começaria com a chamada. -----

Dizer que a senhora deputada Altina Pinto pediu substituição, pelo que não está presente hoje. No seu lugar está a deputada Diana Cabeleira. -----

Por isso, temos quórum, e vamos dar início à reunião. -----

Dizer-vos que está aqui a ordem de trabalhos para o dia de hoje. Está dividida em três pontos:-- período de antes da ordem do dia, período da ordem do dia, e depois o público, se houver intervenções. -----

O período de antes da ordem do dia tem a duração de uma hora. Portanto, apelo aos Srs. Deputados, eu sei que o Regimento não está muito claro e que terá que ser clarificado nas próximas reuniões, com a sua alteração, mas, apelo a todo para o cumprimento do tempo. O período de antes da ordem do dia é de uma hora, e é aqui que se discutem os assuntos de interesse relevante para o Município – para evitar equívocos como os que aconteceram na reunião anterior. -----

----- 1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto a deputada **Silvia Santos** (PS). -----

-----O Presidente de Mesa: Só temos uma intervenção. Faça favor, Sra. Deputada. -----

16
Edição
17

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados. -----

Eu só venho aqui para dizer que na ata anterior não ficou registado o título, que era relativamente àquela votação ilegal que houve, para a CIM, e eu gostaria que ficasse em ata que o título era “Votação ilegal na escolha dos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro”, que isto faltava na ata. “Nos termos do art.º 83.º, n.º 1 do Anexo I à Lei n.º 75/2013...” -----
Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. -----
Estão a dizer-me os serviços de apoio à Assembleia que foi enviada comunicação para a Sra. Deputada para corrigir, e a Sra. Deputada não respondeu. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Mas, o documento será entregue na Mesa, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passaríamos à votação da ata do dia 18 de fevereiro. Só votam os membros que estiveram presentes na referida reunião, nos termos do CPA. -----
Dizer que, entretanto, foram chegando mais alguns deputados: Luísa Ferreira, Diogo Oliveira, Patrícia Neto e Emília Lopes. Neste momento, só está a faltar o Sr. Deputado e Presidente de Junta, Vítor Vieira.
Estão vinte e sete deputados, mas não votam todos – quem não esteve presente, não vota. Não votam os deputados: Bernardo Silva, Carla Batista, Luís Alves e Diana Cabeleira. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, **com 23 votos a favor, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 18 de Fevereiro de 2022”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 58/2022 a 162/2022 inclusive. -----

1h.
Pedro
M-

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à correspondência, como habitualmente, está ali para consulta. -----

Eu tenho aqui uma resposta de um requerimento do Sr. Deputado António Júlio Andrade, que não tive oportunidade de lhe enviar, mas vou pedir aos serviços para o entregar ou enviar. -----
Quanto à correspondência, como disse, está aqui para consulta. Também há alguns requerimentos do Sr. Deputado José Aires. Está também aqui um e-mail de Maria Adília Bento Fernandes da Fonseca, a propósito da Santa Casa da Misericórdia – não diz qual é o assunto, isto é extenso, mas penso que é sobre acesso a documentos administrativos. Está aqui também uma comunicação do cidadão Carlos Alberto Bento Seixas. Também há aqui algumas mensagens que foram enviadas por e-mail, pelo Sr. Eng.º Luís Almendra. Estão aí para consulta.-----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira (PS)**, **Sílvia Santos (PS)**, **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)**, **Luís Miguel Lopes (PS)**, **José Aires (PS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu apelo ao vosso poder de síntese porque, efetivamente, como disse, o período definido na Lei é de uma hora. -----
Daria a palavra ao Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Bom dia a todos os presentes. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, os restantes elementos da Mesa, cumprimento a todas e a todos os deputados, o Executivo Municipal, as Presidentes e os Presidentes de Junta, os Vereadores do Partido Socialista, os Srs. Funcionários e os membros do público. -----

A Juventude Socialista esteve reunida em reunião de secretariado, e tendo em vista combater o facto de sermos o terceiro concelho com maior perda populacional, e mostrarmos solidariedade com os refugiados ucranianos, construiu-se uma moção que foi apresentada ao Partido Socialista. -----

Também como representante da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo, trago hoje aqui a referida moção, subscrita por todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista. Como o Sr. Presidente desta Assembleia diz que tem de ser apresentada neste ponto, e ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara referiu na última Assembleia, que andávamos a brincar aos “jotinhas”, mostramos assim que fazemos política séria. -----

1/1
Pedro
FOT

Adicionalmente, como sempre fomos conhecidos como um povo acolhedor – não pelo total das pessoas, mas pela maioria, não é, Sr. Presidente? – assim devemos continuar a sê-lo. -----
Passo, então, a apresentá-la. -----

-----**Moção**-----

“Torre de Moncorvo como palco da solidariedade e exemplo no acolhimento e promotor do crescimento e investimento do interior” -----

“Como é do conhecimento de todos, somos presenteados diariamente com notícias da guerra entre a Ucrânia e a Rússia. O impacto económico e social é devastador, não só para as economias destes países, mas para todas as economias mundiais, designadamente a economia portuguesa, na qual assistimos à taxa de inflação mais alta em quase trinta anos, o que faz diminuir o poder de compra da população. -----

A invasão da Ucrânia pela Rússia está a provocar uma enorme devastação no seio de grandes cidades ucranianas, o que, por sua vez, está a levar a que assistamos a uma enorme taxa de emigração por parte da população ucraniana. Estes movimentos requerem que os países europeus consigam criar condições de acolhimento no seu seio de refugiados ucranianos para que possam ter proteção e bases para recomeçarem as suas vidas. -----

É conhecido que Portugal tornou mais simples o processo de entrada de refugiados que cheguem da Ucrânia, não precisando de apresentar visto de entrada e sendo-lhes atribuído número de contribuinte, de utente e da segurança social para que possam obter um emprego e aceder aos serviços de saúde. -----

O resultado dos últimos Censos revelou que o Concelho de Torre de Moncorvo perdeu cerca de 20% da sua população nos últimos dez anos, assim como também é o concelho do país com maior quebra populacional. Estes dados são espelho de que o caminho a seguir pelo nosso concelho deve ser outro, de forma a conseguirmos inverter o paradigma existente. -----

É também conhecido que o Concelho de Mogadouro vai acolher cerca de sessenta refugiados e que todo o processo de acolhimento foi efetuado num curto espaço de tempo, o que significa que a medida tomada pelo Governo de simplificação de entrada de refugiados não só é verdadeira, como é uma realidade. Por norma, todos os deslocados são acompanhados durante a viagem, desde o local em que chegam a Portugal até ao local em que vão ser acolhidos. -----

A ofensiva militar da Rússia, iniciada no dia 24 de fevereiro, já provocou a fuga de mais de doze milhões de pessoas das suas áreas de residência, sendo cinco milhões para fora da Ucrânia. É imperativo e urgente agir, e o nosso concelho deverá ser um concelho exemplo no interior do país como promotor na ação de solidariedade e mostrando a proximidade com que se situa do resto da Europa, não como sendo um “território do interior”, mas como um “território de ligação à Europa” e um “território do centro da Europa”. -----

O acolhimento sustentado é fundamental na ajuda a cada um dos refugiados na reconstrução

M.
Pedro
M.

das suas vidas, o que teria reflexos no enriquecimento do nosso concelho a diversos níveis, seja a nível cultural, económico e social. O acolhimento e enquadramento dos cidadãos ucranianos no nosso concelho viria ainda a refletir-se no combate à desertificação populacional e poderia constituir-se como um polo de atração para mais população. A nível económico, teríamos uma excelente forma para a criação de emprego, fomentando-se ainda o empreendedorismo da região. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, juntamente com a Juventude Socialista de Torre de Moncorvo, vem considerar que deviam ser criadas medidas de forma a que o concelho receba alguns refugiados ucranianos, recomendando, para tal, que o Município assuma algumas responsabilidades, sendo elas as seguintes: -----

- Aprovar uma verba pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo para apoio ao acolhimento dos refugiados da guerra na Ucrânia; -----
- Alojamento dos refugiados pelas diferentes freguesias do concelho, salvaguardando que nenhum refugiado fique afastado de familiares; -----
- Garantir alimentação a todos os refugiados, podendo ser criadas parcerias com os lares das várias freguesias e com a Cruz Vermelha, nomeadamente quanto à responsabilidade da distribuição dos alimentos; -----
- A educação de todos os refugiados com idade escolar deverá ser garantida; -----
- O acesso a médico, para garantia de boas condições de saúde. -----

Desta moção deverá ser dado conhecimento aos membros do Executivo Municipal de Torre de Moncorvo, ao Primeiro Ministro, ao Alto Comissário para as Migrações, a todas as Assembleias de Freguesia do Concelho de Torre de Moncorvo, aos Grupos com assento parlamentar na Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social." -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Dizer que chegou o Sr. Deputado Vítor Vieira. -----

Tem a palavra a Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Ora bem, o assunto que me traz aqui é do interesse de todos, ataque na ecopista por cães das quintas e falta de limpeza. -----

No passado dia 10, fui mandada parar por duas senhoras, muito aflitas, atacadas por cães de grande porte na ecopista, na estação do Larinho – portanto, elas fizeram o percurso Moncorvo – Larinho, mas já não foram capazes de fazer o contrário, porque se sentiram ameaçadas. Trouxe as senhoras à GNR, ao posto, onde elas foram apresentar queixa. -----

16!
Pedro
MC

Eu tomei a iniciativa de ligar para a Proteção Civil, na qual me informaram que não era com eles o assunto, que seria com a Câmara Municipal. Liguei para a Câmara Municipal, e a empregada, muito atenciosa, disse-me que também não era com a Câmara Municipal, e eu disse-lhe que tinha ligado para a Proteção Civil, e ela, muito atenciosa, disse: “Então, D. Sílvia, vou ligar para a veterinária, vou pô-la ao corrente.” Até hoje, ainda não recebi qualquer contacto da veterinária.

Contudo, enviei um e-mail para a Proteção Civil, que vou ler: -----

“Muito bom dia. Conforme pedido por telefone, venho por este meio reforçar a minha queixa relativamente à ecopista, em virtude de os cães das quintas estarem soltos. Já no fim de semana fui quase atacada, e hoje fui abordada com um pedido de ajuda por duas senhoras que foram mesmo atacadas, com ferimentos.” -----

Eles responderam ao meu e-mail, passadas umas horas, ao qual me disseram que o assunto já tinha sido resolvido. -----

“Referente ao assunto, informamos que temos conhecimento da situação, a qual mereceu a nossa atenção. Informamos V. Exa. que o mesmo se encontra resolvido.” -----

Portanto, isto no dia 10 de março. Qual não é o meu espanto, passada uma semana, aconteceu um outro acidente, pelos vistos com ciclistas na ecopista, em que os mesmos também foram apresentar queixa na GNR. -----

Portanto, fica aqui o meu apelo. A ecopista é um bem para todos, é uma das pérolas que temos aqui ainda no nosso concelho, está suja, tem lixo espalhado por todo o lado, não há limpeza, há imenso tempo que não se limpa aquela ecopista, e esta situação dos cães pode ser perigosa, porque, por acaso, eram duas senhoras que até conseguiram fugir para cima de umas pedras e subir a um monte, se fossem duas pessoas de idade não iam conseguir, podia acontecer aqui uma coisa muito grave. Gostaria que tomassem isto em consideração e que não ficasse no fundo da gaveta. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, funcionários do Município, estimado público: -----

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma pequena declaração sobre aquela que é a minha perspetiva sobre os acontecimentos no nosso território. Foi possível verificar que após a redução das medidas de prevenção da Covid, o nosso Município regressou em força com a dinamização de eventos que contribuiram para o dinamismo económico, cultural e social do nosso território.

Mh
Reduo
MA

Mais refere que para além do mero aspeto económico, tivemos gente, muita gente. E é isso que nos deve orgulhar enquanto cidadãos eleitos, e que nos motiva para diariamente, todos em conjunto, contribuirmos para a evolução do concelho. -----

Gostaria de destacar alguns deles, nomeadamente a organização das festividades da Amendoeira em Flor, que ocorreram entre 25 de março e 10 de abril, com o desenvolvimento de várias atividades culturais, passeio, promoção dos nossos produtos endógenos. Destaco a homenagem efetuada pelo Município à Ucrânia, demonstrando a sua amizade ao povo ucraniano, que passa, infelizmente, por um dos períodos mais negros da sua história. -----

Para além disso, a população de Torre de Moncorvo acudiu em força ao pedido de doação de bens alimentares e roupa, culminando numa grande recolha de cerca de seis toneladas e meia. - Realço também, Sr. Presidente, o prémio de mérito desportivo "Personalidade do Ano", proposto pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, que demonstra factualmente a dedicação do Município em aproveitar os recursos dos Lagos do Sabor, e onde a promoção da pesca desportiva pode, e já é, em algum nível, um fator de atração turística e económica do nosso território. -----

Verifiquei presencialmente que as Festas do Dia de S. José (Dia do Pai), no dia 19 de março, voltaram a trazer ao centro da vila os grandes eventos musicais, e sabe quem ali esteve que foi um evento de grande sucesso, onde não cabiam mais pessoas no Largo General Claudino. -----

Para além disso, nesse mesmo dia, o Município reforçou o seu apoio às associações de todo o território, com um apoio de 790.000€, promovendo desta forma a coesão territorial do nosso concelho. -----

Participámos, uma vez mais, nesta era pós-Covid, na BTL, onde promovemos os nossos produtos endógenos e o nosso território. Foi retomada a Rota das Pipas, com uma grande participação de pessoas de todo o concelho e arredores, contribuindo para a valorização dos produtos locais, criando momentos de lazer e de uma competição amigável entre os vários produtores que abriram as suas pipas. -----

Voltaram a ser organizados os Jogos do 25 de Abril, com vários torneios multidesportivos, dos quais participei, e onde se pôde verificar o espírito de camaradagem e amizade que o desporto incute aos seus participantes. -----

Realço as festividades das Pascoelas, em várias aldeias do nosso concelho, retomando assim as tradições que estiveram em pausa. -----

Não poderia não falar da Feira Medieval, Sr. Presidente, e cito o Sr. Presidente da Câmara, na sua entrevista à Onda Livre, que esta Feira Medieval está no panorama nacional e internacional como uma das melhores. De facto, quem esteve presente pôde verificar o grande sucesso e a vivacidade multicultural ao longo dos três dias de festividades. Este foi, sem dúvida, um evento

16.
Pedro
M.

com impacto nos restaurantes, nos alojamentos, nas lojas e cafés, nos comerciantes no geral, e sobretudo na imagem de Moncorvo para o país e para o panorama europeu. -----

Estamos ainda no mês de abril, o mês da liberdade, e o Município não poderia passar ao lado, quer seja através das normas protocolares, mas também com eventos culturais que envolveram o filme “Salgueiro Maia” e o concerto de tributo a Zeca Afonso, na majestosa Igreja da Misericórdia. Celebrou-se abril e a liberdade. -----

Como veem, e apesar de não ter referido todas as atividades desenvolvidas, Moncorvo regressou à normalidade pré-Covid, mas com uma diferença: os eventos foram todos potenciados, demonstrando, como diz o Sr. Presidente da Câmara, que não somos um território de baixa densidade, mas sim um território de alta intensidade. -----

E seguindo a linha da alta intensidade, e como a política do Município rima com qualidade, aliamos a intensidade à natalidade. O Município lançou um programa inovador, realizando não só um apoio pontual, como a grande maioria dos Municípios, mas otimizou-o para um apoio ao longo de três anos, que contribui, na sua dimensão, para o aumento da qualidade de vida da criança, tendo uma externalidade positiva, que é o impacto na economia familiar e economia local. -----

É um orgulho sentir que esta medida é acarinhada por vários eleitores que me abordam, e estou contente por ter contribuído para a cimentação desta ideia. -----

Aproveito esta deixa, Sr. Presidente, para saber se é possível neste momento saber quantas famílias já foram apoiadas. -----

Não posso terminar a minha intervenção sem deixar uma palavra de felicitação aos elementos mais importantes no desenvolvimento das atividades do Município, que são os funcionários e colaboradores da nossa edilidade. Sem eles e sem a sua dedicação e profissionalismo, nada disto seria possível. A todos eles, muito obrigado. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Eu acho que a sua intervenção foi mais de apreciação da atividade municipal do que de interesse relevante para o Município. Eu pedia que se cingissem, efetivamente, à ordem de trabalhos. ----

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Bancada do Partido Socialista, do CDS-PP, público em geral, funcionários. -----

Sr. Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal foi-nos oferecido este livro “*Reflexões e contributos para o desenvolvimento regional do interior*”, o qual agora tenho a oportunidade de

M.
Pedro
M.

lhe agradecer. Com o título, como disse, *“Reflexões e contributos para o desenvolvimento regional do interior”*, da autoria de António Jorge Nunes, o qual tive oportunidade de ler e afirmo ser um excelente documento, que pode ajudar, e muito, o interior. Além de alguns notáveis da política nacional, autarcas da região e outras individualidades, apresenta-nos também um conjunto de conferências e ensaios muito interessantes. -----

É evidente que não vou maçar com uma análise exaustiva deste livro, mas não posso deixar passar em claro algumas reflexões aqui escritas sobre os caminhos que devemos seguir para o desenvolvimento regional do interior e fazer um paralelismo com o caminho percorrido por este Executivo Municipal liderado pelo Dr. Nuno Gonçalves. -----

Assim, começo por citar Jorge Nunes, e diz ele: *“O interior precisa de novas atividades económicas, com prioridade para os setores das indústrias limpas.”* E o que vemos em Torre de Moncorvo? Um Presidente de Câmara que não consegue estar na linha da frente contra a implantação de uma fábrica de transformação de bagaço de azeitona na Freguesia de Carviçais, a qual vai trazer graves problemas de poluição e graves problemas de saúde, principalmente para a população de Carviçais e para a população das freguesias mais próximas. -----

Fala também no reforço da cooperação transfronteiriça. E o que se vê em Torre de Moncorvo? Praticamente nada, a não ser a visita de alguns espanhóis durante um fim de semana por ano. Dos *“trezentos e sessenta e cinco dias à sua espera”*, passamos a estar *“dois dias à sua espera”*. Aproveito o momento e a cooperação transfronteiriça para perguntar ao Sr. Vice-presidente – mas, ele não está, já há duas reuniões que não vem, mas, de qualquer maneira, fica a pergunta – como é que está a implantação do modelo pioneiro que visa reduzir o valor da fatura da luz em 92%, promovido pela ACT Duero – Douro? -----

Outra reflexão interessante e válida é a do Sr. Presidente da Câmara de Bragança, Hernâni Dias. Diz ele: *“O futuro de Trás-os-Montes passará pela aposta nas energias renováveis, essencialmente eólica.”* E o que vemos em Torre de Moncorvo? Nada. E um dos locais onde se poderia instalar um excelente parque eólico, que durante muito tempo foi defendido por um Presidente de Câmara que percebia de desenvolvimento regional, está agora a ser utilizado para se retirarem de lá uns calhaus, e para serem britados e transportados por dezenas de camiões diariamente, camiões esses que nem de gasóleo se abastecem em Torre de Moncorvo. E já agora, quantos postos de trabalho é que criou aos Moncorvenses este projeto? -----

Hernâni Dias também aponta a exploração potencial agrícola, que carece de investimentos importantíssimos, no que diz respeito ao sistema de regadio. Sr. Presidente, onde está o tão falado e apregoado projeto do regadio? O dinheiro não chega para tudo, não é? Chegar, até chega, mas a sua prioridade não é investi-lo em prol do desenvolvimento do nosso concelho.---

Rui Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, aponta um outro problema estrutural que o interior deve enfrentar, a perda de população. Diz ele: *“É necessário promover a fixação*

daqueles que ainda residem nesta parte do território e atração de novos habitantes.” O que é que aconteceu na última década em Torre de Moncorvo? Perdemos mil, setecentos e cinquenta habitantes, foi o concelho do Distrito de Bragança que mais população perdeu, e o terceiro a nível nacional. E o que está a fazer o Sr. Presidente da Câmara para inverter esta situação? A lamentar, simplesmente a lamentar. -----

Muitos outros contributos poderia aqui citar e compará-los com a realidade de Torre de Moncorvo, mas como vos disse, a minha análise não pretende ser exaustiva. No entanto, não posso deixar passar em claro o que escreveu Orlando Rodrigues, Presidente do IPB, quando cita Rentes de Carvalho: *“Podemos nós, transmontanos, cantar loas da nossa terra, celebrar a majestade das paisagens, o bucolismo, o carinho das gentes, mas nunca o nosso entusiasmo será suficiente como favores ou da compinche, mas do estudo, da organização, dos planos com fundamento e possibilidades reais de serem executados.”* Entendeu, não entendeu, Sr. Presidente? Este é o grande problema do nosso concelho. -----

Orlando Rodrigues diz que temos que fazer as escolhas certas e a capacidade para as executar. E o que tem feito em Torre de Moncorvo? Escolhas erradas e uma tremenda capacidade para as executar. -----

Sr. Presidente, bem sei que é uma pessoa de muitos afazeres e com falta de tempo para grandes leituras. Este livro tem quase quatrocentas páginas. Sei que ultimamente tem estado focado na leitura do programa do Partido Socialista de Torre de Moncorvo, o qual foi apresentado nas últimas eleições autárquicas, e do qual já aproveitou algumas ideias e projetos para pôr em prática. Neste caso, está a fazer as escolhas certas. -----

Ainda em relação a este documento, aconselho-o a ler a pág. 16, onde está escrito o que o Partido Socialista pretende fazer na parte urbana da ecopista. Na última Assembleia, chamei à atenção para alguns dos problemas que esta infraestrutura tinha, e nada foi feito. Com uma leitura atenta deste documento, não tem desculpas para não fazer as escolhas certas, é só chegar lá e continuar a copiar. -----

Sr. Presidente, para terminar, esta sua obsessão pelas ideias e projetos apresentados no programa do Partido Socialista faz-me lembrar, uma vez, um professor meu na faculdade, que naqueles momentos de descontração das aulas, disse: *“Se algum dia tiverem de copiar, copiem pelos melhores.”* -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Apelava ao cumprimento do tempo, porque senão, se cada um vai falar para além do tempo que está estipulado no Regimento, vamos prolongar o nosso tempo.—

h.
Edu
M.

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Sr. Presidente, eu compreendo, mas acabou de dizer, no início da sessão, que o tempo no Regimento não é claro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É uma hora para todos. Não está no Regimento, mas estará, brevemente a distribuição do tempo. Mas, a Lei e o Regimento são claros: o período de antes da ordem do dia tem a duração máxima de uma hora (60 Minutos). Para todos. Se o senhor quiser falar uma hora, os outros deputados ficarão com zero. -----
Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Começava por cumprimentá-lo a si, cumprimentar os restantes elementos da Mesa, cumprimentar também o Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Sra. Vereadora, os Srs. Vereadores da Oposição, cumprimentar as Sras. e os Srs. Presidentes de Junta, cumprimentar as Sras. e Srs. Deputados, cumprimentar os funcionários do Município que prestam apoio a esta Assembleia, e não menos importante, cumprimentar o estimado público aqui presente. -----
Eu prometo ser sucinto e não exceder o meu tempo de intervenção. -----
Eu vim aqui, neste ponto, para apresentar um protesto para inclusão na ata da Assembleia Municipal apresentado pelos deputados eleitos do Partido Socialista. -----

-----**Protesto**-----

“Os deputados eleitos do Grupo Municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo vêm apresentar o seu veemente protesto com base nos seguintes factos praticados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, em nosso entender, diminuem a democracia e colocam entraves ao escrutínio da atividade municipal, a saber: -----

- *Sucessivos adiamentos de pedidos de agendamento solicitados nos termos do Regimento em vigor nesta Assembleia Municipal; -----*
- *Sucessivos e reiterados incumprimentos por parte do Presidente da Assembleia Municipal em dar-lhe o seguimento devido; -----*
- *A não prestação de informação por parte do Presidente da Câmara Municipal sobre assuntos de relevante interesse municipal, conforme se encontra consagrado na Lei das Autarquias Locais, dos quais destaco, pela sua importância: -----*
 - *Contratação Pública; -----*
 - *Obras municipais participadas por fundos comunitários; -----*
 - *Aquisição de bens e serviços por ajuste direto; -----*
 - *SIADAP; -----*

16.
Pedro
M.

- *Procedimentos concursais;* -----
- *Processos jurídicos em que o Município é arguido.* -----

Face ao exposto e tendo como objetivo o cumprimento cabal das funções para as quais fomos eleitos por voto direto dos eleitores deste concelho, os deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista vêm apresentar o presente protesto pelo desrespeito e ocultação de informação relevante com sucessivas manobras de delação por parte do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Torre de Moncorvo, 29 de abril de 2022. -----

Os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista” -----

Passarei a entregar na Mesa. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento o resto dos presentes. -----

Na última Assembleia, falei aqui também neste ponto da ordem de trabalhos no eixo do IP2, que pudesse unir todos os concelhos do interior, para tentar resolver o problema principal da interioridade, não só de Moncorvo, como de todos os outros concelhos do interior, que é o problema da densidade populacional que tem vindo a baixar – não nos últimos oito anos, mas nos últimos quarenta anos. -----

Esse grupo de trabalho, que eu pedi ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que criasse, para tentar desenvolver projetos e estudar quais as problemáticas, na última intervenção do membro desta Assembleia, Luís Lopes, já foram enumeradas algumas problemáticas do interior, claro que houve um aproveitamento político, dizendo que Moncorvo é o primeiro do distrito – não percebi se é em percentagem, se é em valor absoluto, essa perda de população. - Também ouvi aqui uma intervenção a falar sobre ilegalidade numa votação. Ninguém foi preso, acho eu. Eu não sou da área do direito, mas quando há uma situação destas, é uma irregularidade processual, que por sua vez vai ser corrigida nesta Assembleia. -----

Tinha outras questões para o Sr. Presidente de Câmara. A Feira Medieval correu muito bem, do meu ponto de vista pessoal, gostei muito. A nível de comunicação, achei muito estranho, fui a Vila Real uns dias antes, e encontrei um cartaz a dizer “Medieval”, sem mais nenhuma referência. Eu não sou de direito, também não percebo muito de comunicação, mas a comunicação era pouco específica. -----

Falando em pouco específico, estas últimas intervenções que eu ouvi aqui, dos meus colegas

M.
Cedra
M.

de Assembleia, sobre projetos do programa do PS que este Executivo copiou, podiam ser mais específicos, assim uma pessoa poderia consultar e ver se é verdade. É que falar para o alto... O Presidente da Mesa da Assembleia e o Presidente da Câmara Municipal esconderem informação? Isso é muito grave, tem que se ser mais específico, tem que se apresentar provas, não é chegar aqui a um palanque e botar faladura. -----

E por último, as piscinas municipais cobertas abriram já este ano, tarde e mal. Eu recebi uma comunicação de que vão fechar no final de maio, deve ser pela mesma razão que as piscinas descobertas vão abrir em junho, e o pessoal terá que se deslocar. Mas, estão contempladas as aulas para crianças na piscina de cima, como estavam em baixo? Vão haver horários específicos para isso? Ou será que não fazia sentido continuar pelo menos até ao final do ano letivo a piscina coberta aberta, já que também há aulas de educação física por parte dos alunos que estão, neste momento, a aprender a nadar, que já perderam esse ensinamento por causa de dois anos de Covid, e que voltaram a iniciar o seu processo de aprendizagem, e agora, passados três meses, vai outra vez tudo ao ar. -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para o cumprimentar, e na sua pessoa, todos os elementos da Mesa, os Srs. Vereadores aqui presentes, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Sras. e Srs. Deputados, funcionários e público. ---
Alguns esclarecimentos quanto ao que aqui foi dito. -----

Os ataques de canídeos, pela Sra. Deputada Sílvia, o que me foi dito aqui, quando questionei, foi que tinha sido resolvido, e tinham sido identificados os proprietários dos canídeos. Portanto, a Sra. Deputada também deve fazer o contrário, a Câmara não conseguirá, obviamente, saber e conseguir resolver esse problema se os proprietários não tiverem esse cuidado. Os proprietários dos canídeos têm que os ter presos. Eu não sei se, depois, podem estar presos todos os dias – agora com as alterações legislativas, que o Governo do PS teve de anuir ao PAN, se podem estar presos, ou não, ou se é um direito à liberdade poderem vaguear aí e fazerem o que quiserem. Eu não sei até que ponto é que isso não vai ser assim. Mas, logo que houve conhecimento da situação, o que me foi dito é que foi encaminhado para o gabinete da Sra. Veterinária e que foi resolvido. -----

Bom, também não nos podemos esquecer que o parque eólico, que era uma das grandes apostas deste Município, foi chumbado logo que o Sr. Primeiro Ministro tomou posse – na altura, pelo Sr. Secretário de Estado Carlos Martins. Foi a primeira medida que tomou, foi chumbar o parque eólico de Torre de Moncorvo, que curiosamente se continua a chamar Parque Eólico de

M.
Pedro
M.

Torre de Moncorvo, mas foi realocado para Sines. Foi a grande medida logo do Partido Socialista para vir colmatar a palavra que designaram, e que eu não gosto de utilizar, aquelas duas palavras, baixa densidade. -----

Mas, também dizer-vos qualquer coisa sobre a perda de população. A maior perda de população foi de 2001 a 2011, no Concelho de Torre de Moncorvo. E nos Censos de 2011, não se podem esquecer que foram integrados os trabalhadores da barragem. Portanto, se os retirarem e se fizerem a soma, e depois a subtração das pessoas que nasceram e que faleceram, o défice está aí. -----

Mas, eu fico muito grato que tenham lido o livro que a Câmara Municipal ofereceu, porque é importante. Mas, Sr. Deputado, podia ter lido também a comunicação que eu fiz à UTAD. E, Sr. Presidente, perdoe-me, mas eu estive aqui desde as nove da manhã, agora também vou dizer alguma coisa. E diz isto: *“À medida que se aprofunda o conhecimento das dinâmicas de desenvolvimento territorial e que o território continental passou a ser lido em contextos mais alargados – o ibérico e o europeu em geral – foi possível evidenciar a presença no território continental de vários interiores. Vários fatores contribuíram para essa diferenciação, como por exemplo, a maior ou menor distância às zonas mais povoadas do litoral; a diferente pujança dos centros urbanos existentes nesses territórios, a vivacidade diferenciada dos fluxos com o território espanhol, sendo certo que os territórios transfronteiriços Portugal e Espanha, à exceção da Galiza, são territórios pobres e desertificados, em oposição às restantes áreas transfronteiriças da Europa, que são zonas prósperas e povoadas; a incidência diferenciada da crise do setor agroflorestal. Os desafios decorrem da ambivalência que a resposta das políticas públicas dirigidas a esses territórios pode assegurar. Por um lado, as políticas e os meios humanos, técnicos e financeiros, alocados devem ser proporcionados à fragilidade e vulnerabilidade que caracterizam esses territórios. O esvaziamento demográfico a que estão submetidos ultrapassou já a simples ideia de declínio populacional. Está hoje mais claro que a questão demográfica nacional, mas especialmente a destes territórios, não tem resolução endógena possível nas próximas décadas.”* -----

Não há mão de obra disponível, a que temos neste momento, a nível nacional, só permite ao país um crescimento do PIB próximo de 1,9%. Para mantermos dez milhões de pessoas necessitávamos, nos próximos vinte anos, da entrada de cinquenta mil imigrantes por ano, em média. -----

E depois, para lhe dar alguns números, Sr. Deputado, a história e a geografia, o comércio e o uso do solo, levaram a que, ao longo do tempo, uma estreita faixa de terra, com apenas quarenta quilómetros de largura, viesse a concentrar a larga maioria da população, do emprego, da atividade económica e da riqueza. Cerca de 60% da população residente está na faixa costeira, dos zero aos vinte e cinco quilómetros, com uma densidade populacional média a rondar os

14.
M
Pedro

quinzentos habitantes por quilómetro quadrado. Se considerarmos a faixa dos zero aos cinquenta quilómetros, o valor aumenta para quase 70% da população residente, com uma densidade populacional média de cerca de trezentos e cinquenta habitantes por quilómetro quadrado. -----

A densidade populacional média do interior é hoje de 0,28 habitantes por quilómetro quadrado, enquanto o mesmo indicador para o litoral é de 104,2 por quilómetro quadrado. Nas áreas metropolitanas de Lisboa, são dois milhões e oitocentos mil habitantes, e do Porto, um milhão e oitocentos mil habitantes, concentra-se cerca de 45% do total da população residente no continente. Estas áreas absorvem a maioria do capital. -----

Mas, Sr. Deputado, não lhe posso deixar de lembrar uma coisa: das mil, oitocentas e oito escolas encerradas, mil e vinte e sete situam-se no interior. Dos cento e dezassete Centros de Saúde encerrados, cinquenta situam-se no interior. -----

A evolução da população residente no interior e litoral do continente foi a seguinte: entre 1960 e 2016, a população residente no litoral aumentou em 52,08%, enquanto que no interior diminuiu 37,48%. Em 1960, no interior residiam mais de três milhões de pessoas, enquanto que, em 2016, eram menos de dois milhões. No litoral, no mesmo período, o aumento de pessoas residentes foi de cerca de dois milhões e setecentas mil. -----

A população residente no continente com menos de vinte e cinco anos é, no litoral, de 82,4%, o que compara com 17,6% no interior. Os concelhos do interior apresentam entre 2,5 e 4 pessoas com mais de sessenta e cinco anos por cada jovem que habita nesses territórios. No Douro, por exemplo, nas últimas três décadas, perderam-se mais de cinquenta mil habitantes, vinte e cinco mil dos quais jovens. -----

Estão localizados na faixa litoral do continente 83% da riqueza produtiva, 89% dos alunos do ensino superior, e 89% das dormidas turísticas. -----

Em Portugal, a concentração em Lisboa e Porto é de 54% dos alunos do ensino superior. Em Itália, a concentração em Roma e na Lombardia é de 27%; em Espanha, em Madrid e Catalunha, é de 23%; em França, em Paris e Lyon, é de 20%; no Reino Unido, em Londres e Edimburgo, 16%; na Alemanha, em Berlim e Munique, 18%; e na Holanda, Amesterdão e Eindhoven, 8%. --

Se nada for feito, o país vai continuar a perder por duas vias: o congestionamento do litoral vai continuar a exigir mais e mais investimento em infraestruturas de todo o tipo, que nunca chegarão a ser suficientes, enquanto o interior acabará por perder. -----

Mas, também dizer-lhe que foi escrito há mais de vinte anos pelo Prof. Daniel Bessa, e dizia uma coisa incrível: é que, no interior, iria ficar Vila Real como centro urbano, e depois pequenos agregados populacionais – é que nem Bragança aparecia. -----

Este é o problema que nós temos, e que todos temos que tentar resolver, e não vai ser por se tirar 0,5% ou 5% do IRC, ou do que quer que seja, porque as empresas não vêm para aqui.-----

14.
Pedro
M.

E, portanto, este é um problema que me preocupa, e não deixo de dizer que o acompanhamento na sua preocupação, não tiro as suas ilações políticas, senão tínhamos que ir de 2001 para 2011, que foi onde perdemos, efetivamente, grande parte da população. -----

Quanto ao restante, dizer também que o Sr. Deputado Bernardo Silva questionou sobre a natalidade, também tive que perguntar, que não sabia, são trinta e duas famílias – quinze com o projeto já em análise para ser acompanhado, e dezassete que necessitam de vir acompanhados com novos documentos. Portanto, são trinta e duas famílias. -----

Quanto ao povo acolhedor, nós fomos sempre um povo acolhedor, acolhemos qualquer um que para aqui queira vir, como é óbvio. Aliás, tanto assim é que o Município de Torre de Moncorvo, juntamente com a CIMDouro, levou autocarros para a Polónia e trouxe imigrantes – e nenhuma família ficou na CIMDouro, nem em Vila Real. Chegaram cá, a custos das Câmaras, que foram as Câmaras que pagaram, e resolveram todas ir – ou a maioria delas – para onde já tinham familiares, como é óbvio, e outras para Lisboa, Porto e Algarve. -----

Neste momento, a CIMDouro tem um projeto com uma associação, que já é de forma diferente, não somos nós que os vamos buscar, vamos buscá-los aos aeroportos, e depois temos aqui onde os acolher. E Torre de Moncorvo fez isso, quer com a Secretaria de Estado, quer com as organizações das migrações, colocou aqui casas disponíveis, e sempre que seja necessário, estamos para receber. Fomos buscar também duas famílias – uma mãe e um filho, e outra mãe e dois filhos – a Espanha, vieram, estão ainda no Concelho de Torre de Moncorvo, mais concretamente na Freguesia da Lousa. -----

E, portanto, nós estamos com essa preocupação, e estou em crer que o mais importante para nós, e para essas famílias, seria que a guerra acabasse, porque de todos com quem estivemos, a ideia é regressarem ao seu país natal. -----

Portanto, eu penso que disse algumas coisas, não posso é deixar de relevar aqui a veemência com que o Sr. Deputado José Aires continua a falar das irregularidades e das ilegalidades, e não reconhece que são respondidos todos os ofícios que faz, e é-lhe dado conhecimento de todas as questões que faz, quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal. E, portanto, estamos de consciência tranquila, porque o dever e a obrigação de informação são cumpridos. Aliás, também não o podia deixar esquecer, quando reencaminhar e-mails, tente reencaminhar só com o seu nome. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Terminado o período de antes da ordem do dia, passávamos, então, ao Período da ordem do dia. -----

----- **2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira** (PS), **António Júlio Andrade** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **Fausto Tiago** (PS), **José Aires** (PS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS) e **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** O primeiro ponto, Ponto n.º 1, é a Apreciação da atividade municipal e informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, nos termos da Lei n.º 75/2013. -----
Nesses termos, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar este ponto. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Vereadores: -----

Esta é a obrigação da Câmara, trazer os pontos mais relevantes, e quero também só fazer aqui um ponto. Não foi trazido, já na última reunião, aqui as obras municipais, uma vez que estamos, neste momento, com o POSEUR a fazer as contas finais. Todas as obras, ou grande parte das obras que estão a ser cofinanciadas, estão junto dos serviços técnicos, e, portanto, serão trazidas na próxima reunião, as que foram financiadas, as que estão terminadas e as que estão em conta final. -----

Dar aqui o realce, para além das atividades que foram feitas, para a parte em que tem muito a ver comigo – os Srs. Deputados da Oposição acusam-me que só vejo a situação financeira do Município, mas a situação financeira do Município permite-nos também estarmos agora, de uma forma sustentada, em candidaturas, quer do PRR, quer do novo quadro comunitário que aí vem, quer ainda do interior. -----

E, portanto, dizer-vos que é com muita satisfação que vemos que continuamos a diminuir a dívida sustentada, e, portanto, auguramos que sejam bons os prenúncios para os próximos anos e para o novo quadro comunitário de apoio. -----

Era isso que eu queria realçar nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Estão abertas as inscrições para o primeiro ponto. Faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Gostaria apenas de dizer que, há bocadinho, eu vim aqui apresentar uma moção, e tendo em

16
Adm
M

conta que era uma moção, gostaria que fosse votada. Pelo menos acho que era isso que deveria ser feito. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço desculpa, efetivamente é uma moção que foi entregue no período de antes da ordem do dia. Peço desculpa. -----

Então, voltaríamos atrás. Foi apresentada uma moção “Torre de Moncorvo como palco da solidariedade e exemplo no acolhimento e promotor do crescimento e investimento do interior”.- Iríamos votar a moção. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, com 9 votos a favor e 18 abstenções, aprovar a Moção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Deputado José Meneses:** -----

-----**Declaração de Voto**-----

Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, restantes Vereadores, deputados, Srs. Presidentes de Junta, público, funcionários, muito bom dia. -----

Eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, foi uma abstenção, até porque eu não entendi a moção – foi lida, mas eu não a compreendi minimamente. Mas, para além da situação e da gravidade que é esta guerra da Ucrânia, eu não poderei deixar aqui de dizer ao Sr. Deputado Diogo, ao Presidente da JS, que continuam a brincar com estas situações, até porque houve uma ação feita pela Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, que envolveu o concelho todo, juntamente com a CIMDouro, que fizemos uma campanha de recolha de alimentos, de medicamentos, de vestuário, e eu não vi lá o senhor – nem o senhor, nem a JS, e vi lá as instituições todas do concelho. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, é uma declaração de voto, acho que não é uma declaração política. -----

Agora sim, relativamente, então, ao Ponto n.º 1, estão terminadas as inscrições. Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. -----

h.
M.
Redio

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Deputados: -----
Sr. Presidente da Câmara, sabe que eu sempre gostei de participar nas atividades municipais, e principalmente atividades culturais. Uma das coisas que eu estranhava muito era, no tempo do Eng.º Aires Ferreira, o Presidente da Câmara, os Vereadores da Câmara, o Partido Socialista, os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, compareciam aos eventos culturais; os da Oposição, nunca vi em lado nenhum, praticamente. -----
Mudou a Câmara, e verifiquei que nos acontecimentos culturais apareciam sempre membros da Câmara, Vereadores, deputados do Partido, nunca vi do Partido Socialista, da Oposição. -----
Ora, eu sempre lutei contra este ambiente, e fui criado num ambiente em que havia entendimento entre as pessoas, relação, relações muito amigáveis até. E mesmo que fossem de disputa política, aceitava-se. Eu nunca me esqueço, o Dr. Ribeiro uma vez foi advogado da Câmara, ele não podia ser, perdeu duzentos contos, mas quando ele se queixava disso: “Por causa de si, perdi duzentos contos”, eu dizia: “Sr. Doutor, mas ainda é muito rico, ainda podemos ir beber uma cerveja.” E fomos para a Central, ele bebeu um chá, e eu bebi uma cerveja. -----
Isto vem a propósito de que sempre gostei de participar nas atividades municipais, sobretudo culturais. Desde há uns dois anos, deixei de ser informado sobre esses acontecimentos. Não sei se desapareceu o protocolo da Câmara, não sei se fui riscado do protocolo. Agora, eu deveria estar a par de todos os acontecimentos, deveria, mas já não estou em idade para andar a saltar e a correr por essas informações. -----
Agradecia, por isso, que se dignasse o Sr. Presidente da Câmara a mandar, que fosse informado, eu e os outros membros todos, dos eventuais acontecimentos que fossem programados. -----
É só isto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Do relatório de atividade que o Sr. Presidente da Câmara nos trouxe aqui, tenho questões sobre o Projeto “Vivificar”, se pudesse dar mais informações sobre esse projeto. -----
E mais uma vez, tal como na última sessão, dos vinte e cinco anos da biblioteca, muito me congratulo pela promoção das duas plataformas digitais, do arquivo e da biblioteca. É esse património material que o Município possui que faz com que pessoas venham, se informem sobre o local, que passem a gostar de Moncorvo, e que estes mesmos documentos sejam uma ferramenta de promoção também do território. -----
Obrigado. -----

M.
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais presentes na sala. -----

Sr. Presidente, eu ia falar da questão que tem acontecido no Peredo, e que tem acontecido sistematicamente, que é a falha de água. Já são várias vezes, e há dois ou três anos a esta parte, que a água falha. Não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento, mas deve ter, porque provavelmente a empresa é obrigada a reportar à Câmara todas as falhas e todos os problemas que acontecem. A última vez que falhou já foi neste mandato, não sei se a Sra. Presidente da Junta teve conhecimento e se comunicou, mas penso que foi no fim de março, princípio de abril. E há ali um problema grave na mãe de água, segundo dizem os funcionários – e já agora, reconheço que são diligentes e tentam resolver os problemas, só que aquele problema não está na mão dos funcionários; aquele problema está na mão da empresa, do conselho de administração, que terá que comprar, segundo eles dizem, uma boia, porque o problema é da boia. A água sobe, a boia chega acima, fica presa e depois não dispara. A água vai sendo consumida, não é reabastecida, e periodicamente acontece isso. -----

Eu não quis trazer isso, porque pensei que essa era uma questão corriqueira, uma empresa que tem a concessão deste serviço devia ser diligente, porque isto já não é uma, nem duas, nem três, nem quatro, são N vezes. E o senhor sabe que no ano passado, em agosto, falhou a água, e foi por causa disso que foi detetado o problema da limpeza dos tanques, porque se chegou à conclusão de que os tanques não eram limpos. -----

Já agora, Sr. Presidente, pode informar-nos sobre se há, de facto, um programa que obrigue a empresa a fazer a limpeza periódica dos tanques? Há ou não há? O Sr. Presidente tem que ter isso em atenção. -----

E esta questão da água, o senhor sabe que no ano passado, em agosto, foi um problema muito grave, e eles não conseguiam resolver. Por quê? Porque a tubagem enche com ar, e eles, depois, não conseguem, andam ali dois ou três dias para repor a situação. -----

Depois, outra questão: hoje em dia, há uma grande preocupação com a separação dos lixos. O que eu verifico na minha aldeia – e provavelmente nas outras acontece exatamente o mesmo – é que há um ecoponto num determinado ponto da freguesia. Ora, o que é que acontece, na prática? As pessoas normalmente têm uma garrafa plástica, têm uma garrafa de vidro, não se vão deslocar duzentos ou trezentos metros para colocar no ecoponto. O que é que acaba por acontecer? Colocam no contentor do lixo indiferenciado. -----

Ora, eu penso que já há em alguns concelhos essa solução, em cada local onde existem os contentores haver pequenos contentores para separação do lixo. Não sei se isso será uma medida economicamente muito dispendiosa, ou não, mas penso que era uma solução a estudar,

lh,
M.
Pedro

junto de cada contentor existirem três pequenos recipientes para receberem o lixo separado. Não sei se isso será muito dispendioso, ou não, mas penso que seria uma solução a ter em atenção, porque o que eu vejo, nos contentores vejo papel, vejo vidro e vejo plástico. Aliás, nos contentores das freguesias é o que há mais, porque normalmente o lixo orgânico é naturalmente reciclado – cascas de fruta, de batata, etc., nós lançamos nos quintais, o resto de comidas alimenta os animais. É evidente que nos contentores das freguesias, o que existe – e eu vejo, e pode mandar verificar – o que eu vejo é plástico, que devia ser separado, vejo vidro e vejo materiais que, de facto, depois será muito difícil, a montante, fazer esse controlo desse lixo. ---- Depois, relativamente ao documento escrito da atividade municipal, penso que é um documento muito pobre, trata de uma plantação de uma árvore, uma ajuda à organização da quaresma, o lançamento de um livro. Mas, vi uma atividade, que foi o tributo a Zeca Afonso, e fiquei assim um pouco pasmado. Não estive presente – não me vá perguntar se eu estive, porque não estive, mas também isso não interessa para o caso. Já agora, eu pergunto: foi cantada a “Grândola, Vila Morena” nesse tributo? -----

Depois, na última Assembleia levantei a questão das barragens, barragens para regadio. O Sr. Presidente já não responde, já não responde às minhas perguntas. Então, veio uma deputada dizer: sim, senhor, nós estivemos nesse projeto, mas esse projeto não pôde ser aprovado porque o Município não tem cadastro feito. -----

Ora bem, Vila Flor e Alfândega da Fé não têm cadastro feito; Vila Flor e Alfândega da Fé inauguraram, no mandato anterior – em Alfândega da Fé, penso que duas, e em Vila Flor, uma barragem para regadio. E de certeza que não têm cadastro feito – aliás, o cadastro, só há um concelho, ou dois, no Sul, que está completamente elaborado. -----

Depois, na última Assembleia também aprovámos o regulamento relativamente à natalidade, e eu fui muito crítico, e sou crítico desse regulamento, porque obriga as pessoas a entregar faturas para poderem receber esse prémio, para ajuda do orçamento familiar. Ora bem, eu tive notícia, por um jornal local, de uma medida semelhante, num concelho próximo, que é o Concelho de Mogadouro, um concelho mais ou menos da nossa dimensão. E o que é que ressalta desse apoio? Aqui em Moncorvo, uma criança receberá cerca de 90€; em Mogadouro, uma criança pode receber cerca de 300€, e não precisa de entregar faturas. O orçamento desta medida em Mogadouro é de 1.200.000€. Qual é o orçamento da Câmara Municipal? Eu agora não sei, se o Sr. Presidente souber, depois pode mencionar isso. -----

Mas, para mim, o mais grave é as pessoas terem que entregar documentos para provarem que fizeram aquela despesa. Mas, mais grave ainda é uma deputada vir aqui dizer que não se pode fazer isso, porque senão as pessoas, em vez de gastarem o dinheiro, de facto, a prover as necessidades dos seus descendentes, vão comprar carros – só faltou dizer que iam comprar um Mercedes. Isso, acho que é uma humilhação para as pessoas. A deputada disse aqui que não

se podia pagar diretamente em dinheiro, tem que ser em espécie, porque assim se sabe que as pessoas gastam o dinheiro naquilo. Ora, aqui estamos a humilhar, e é uma humilhação grave. Mogadouro não fez isso. Aliás, o senhor cria um problema grave para a Câmara, é uma burocracia completa, todos os meses estar a verificar aquelas faturas, de uma fralda, de uma chupeta. Isso tem lógica, Sr. Presidente? Acha que isso tem cabimento? -----

As pessoas têm idoneidade suficiente para decidir aquilo que convém ao seu agregado familiar.- O Sr. Presidente deve entregar-lhes o dinheiro, e elas decidem aquilo que devem fazer. Não devemos partir do princípio de que as pessoas não têm idoneidade para fazer a gestão dos seus recursos. Acho que é péssimo aquilo que a Câmara fez neste ponto. Eu penso que, seja muito ou seja pouco, é sempre bem-vindo; agora, a questão que envolveu tudo isso, acho que é de rever, e o Sr. Presidente devia rever a situação. Aliás, a questão da verificação mensal de toda essa documentação deve ser um trabalho burocrático imenso, que não traz absolutamente valor nenhum. -----

E para já, é isso. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Segue-se o deputado Bernardo Silva.-----
Prescinde? Então, Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente do Município, é competência deste órgão municipal apreciar em cada sessão ordinária uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com o articulado, conforme o Sr. Presidente refere na introdução da sua informação escrita, agora em apreciação. -----

A norma de controlo interno em vigor neste Município, aprovada por esta Assembleia Municipal em 10 de dezembro de 2021, no art.º 12.º, n.º 1, define que o Plano de Atividades Municipais inclui todos – e volto a repetir, todos – os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia. E nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, o Sr. Presidente da Câmara realça os objetivos a atingir, destacando as seguintes candidaturas ao Programa Norte 2020, a terminar em 2022: reabilitação do espaço público do centro histórico, requalificação do antigo matadouro e carpintaria municipal, reabilitação urbanística do Largo da Corredoura/Largo do Ferreiro, reabilitação urbana do acesso ao Parque Verde Eng.º Aires Ferreira - conclusão do espaço público do Montesinho, requalificação do poço medieval, requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado de Torre de Moncorvo. -----

Assiste-se à derrapagem sistemática dos prazos contratados. Algumas destas obras estão paradas, outras apresentam atrasos consideráveis, e no caso do poço medieval, obra contratada

em 16 de agosto de 2021, com o prazo de execução de cento e vinte dias, passados oito meses ainda não foi sequer iniciada. -----

E também não informa em que ponto se encontra o Programa "1º Direito", projeto que pela sua matriz de carácter social, que tem como objetivo melhorar as condições de vida e habitabilidade das camadas da população mais carenciadas, é urgente executar. Em que ponto se encontra esta obra? Quantas casas já foram reabilitadas? -----

O Sr. Presidente entende que não deve dar explicações sobre a contratação pública municipal porque considera que não são competência da Assembleia Municipal – já por diversas vezes o expressou, em reuniões anteriores. Talvez por essa razão as quarenta e quatro atividades municipais elencadas englobam maioritariamente atividades lúdicas – palavra com origem latina que significa "jogo", "divertimento", "distração"... Vemos que uma das atividades descritas por V. Exa. diz respeito a visitas a Torre de Moncorvo promovidas numa parceria entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e a Agência de Viagens Pinto Lopes. Que parceria é esta? Quais as mais valias e os custos para o Município? -----

E como o Sr. Presidente da Câmara, nas respostas aos meus requerimentos e pedidos de agendamento de diversos assuntos, respeitantes à atividade municipal, que entram no prazo estipulado no Regimento, e que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não cumpre porque não agenda – como estava a dizer, o Sr. Presidente da Câmara Municipal invoca as suas competências para não prestar os esclarecimentos solicitados sobre determinados assuntos, mas esquece-se – ou faz-se esquecido – quando lhe interessa, dessas mesmas competências que a Lei determina. Senão, vejamos: de acordo com o Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, art.º 35.º, n.º 4, compete ao Presidente da Câmara Municipal, e passo a citar, *"da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado."* -----

Em 28 de dezembro de 2021, enviei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o Requerimento n.º 20/2021, solicitando o esclarecimento da situação em que se encontravam os dezasseis processos relativos às responsabilidades contingentes identificados no relatório do Orçamento de 2022, Parte I, ponto 6, presente a esta mesma Assembleia Municipal na reunião de 10 de dezembro de 2021. -----

Nos termos do art.º 35.º, n.º 1, alínea s) do referido diploma legal, é competência do Presidente da Câmara Municipal responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta. Como à data da convocatória desta Assembleia Municipal não tinham sido prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal quaisquer informações, solicitei o agendamento do assunto, enviando o Requerimento n.º 8/2022, dentro do prazo previsto no Regimento, como se pode ver no Ponto

14.
Pedro
M.

n.º 1.2 de antes da ordem do dia, na relação da informação da correspondência recebida pela Assembleia Municipal, com o número de registo 161 e entrada no dia 20 de abril de 2022. -----

Não posso deixar de referir o *modus operandi* neste mandato, em que o Sr. Presidente da Assembleia não agenda os assuntos como lhe compete e remete para o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que dá a resposta em vésperas da reunião da Assembleia Municipal.-----

Entretanto, andou durante cento e vinte e seis dias a empurrar o assunto com a barriga. -----

Pelas nove horas e cinquenta e sete minutos de anteontem, dia 27 de abril, chegou o ofício via correio eletrónico, mas a informação que me chegou deveria ter sido prestada por escrito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal, tal como determina a Lei. -----

Sr. Presidente, dos dezasseis processos, o Sr. Presidente só informou quinze, ficando a faltar o alvará de loteamento n.º 1/10, que decorre em Tribunal Arbitral. Na sua resposta constata-se que se encontram a decorrer vários processos intentados por trabalhadores do Município: duas impugnações de processos disciplinares, uma impugnação de posicionamento remuneratório, uma impugnação de um procedimento concursal, uma impugnação do SIADAP e ainda uma impugnação de procedimento concursal interposta pelo Ministério Público, uma impugnação de ato de homologação de lista de ordenação final de procedimento concursal interposta por opositor ao concurso, um processo de responsabilidade civil extracontratual interposto por Ex prestador de serviços da Escola Municipal Sabor Artes. -----

Além destes processos, ficamos a saber pela comunicação social que o Sr. Vice-presidente, no âmbito do exercício das competências delegadas por V. Exa., foi constituído arguido no processo denominado “Operação Éter”, que se encontra em curso. -----

Volto a repetir, Sr. Presidente: no âmbito das suas competências, nos termos do n.º 4 do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, V. Exa. até agora não deu conhecimento a esta Assembleia Municipal de qual a fase e o estado em que se encontra o processo. Sr. Presidente, tendo em conta que esta situação representa um encargo para as finanças municipais, quais os montantes despendidos pelo Município até ao momento, e quais os serviços jurídicos contratados para a defesa do Sr. Vice-presidente? -----

Queira V. Exa. prestar os devidos esclarecimentos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Meneses, e está terminada a primeira ronda. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia. -----

Sr. Deputado Fausto, eu nasci em 1980, e não gosto de citar o deputado da República, o Sr. André Ventura, mas o 25 de abril de 1974 é de nós todos, não é só de algumas pessoas. E eu,

1h.
M.
Pedro



inclusive, tomei a liberdade, no dia 25 de abril, de postar nas minhas redes sociais o “Grândola Vila Morena”. -----

Relativamente à atividade municipal, eu não poderia deixar de destacar, de facto, o cartaz, e dar os parabéns ao Município e ao Executivo pelo cartaz que fez da Amendoeira em Flor, que teve três meses, basicamente, de fins de semana com várias atividades, que foi desde o dia 25 de fevereiro até ao dia 10 de abril. E de facto, só não vê quem não quer, que Moncorvo tinha a restauração cheia de pessoas, os hotéis e os alojamentos locais – aliás, todos nós aqui devemos ter pessoas amigas ou familiares que vivem em concelhos limítrofes, que eles próprios reparam nessa situação. -----

De facto, combater a desertificação não depende só da autarquia, não depende só de nós; depende muito mais do Poder Central do que aquilo que nós julgamos. Agora, todos juntos é que podemos fazer com que Torre de Moncorvo esteja cada vez mais vivo, e é isso que eu denoto.- Claro que isto é o meu ponto de vista, estará em desacordo com alguns de vocês, da Bancada do Partido Socialista, mas as evidências são essas. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, faça favor. ----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Bom, Sr. Deputado José Aires, para quem iniciou a dizer que não tinha informação, conseguiu dizer os processos todos aqui. O que V. Exa. quer saber são as tricas, é aquilo que não é importante, que não é o número de processos e onde decorrem. Isso é que é a informação que tem que ter. O que é que o senhor quer? Quer saber do Sr. Vice-presidente, e quanto é que se gastou no processo do Sr. Vice-presidente – zero. -----

Mais, numa Assembleia Municipal, eu não sei se o senhor estava presente ou se não estava, foi colocada essa questão e foi dito, sim senhor, como todos os Presidentes e Vice-presidentes, os que tinham competência. Mas, ainda não iniciou – não iniciou e foi, ainda por cima, dividido em dois. E parte dos Presidentes e Vice-presidentes que foram constituídos estão à espera, a aguardar, está em inquérito. -----

Portanto, o que o senhor quer saber verdadeiramente são as tricas, as coisas pequenas, não o que é de importância, porque se notou ali na sua intervenção que sabia o número dos processos, quem eram as partes e quem não eram. -----

Portanto, quanto ao dever de informação, estamos esclarecidos, V. Exa. respondeu-se a si próprio. -----

Quanto ao protocolo que se fez com a agência de viagens, não há custos para a Câmara; a única coisa que há é um programa ocupacional dos turistas que vêm do Porto, e que temos de ter um

16.
Pedro
M.

técnico para irem ver os diversos museus que temos aqui em Torre de Moncorvo. Não há custos, a não ser o vencimento que já se paga ao funcionário, e dessa forma também conseguimos que um maior número de pessoas participe e que veja os museus e todas as situações de interesse que temos em Torre de Moncorvo. -----

Dizer também que nesta prestação de contas estão lá descritos todos os montantes pagos em termos de responsabilidades contingentes, bem como os processos todos que estão referidos, e que referiu muito bem aí. Mas, estão no documento também, também os tem na sua posse, e se quiser ter um bocadinho de trabalho, pode ir ver os valores que estão lá. -----

Sr. Deputado António Júlio, eu vou ver essa situação. Agora, não é verdade que a Câmara não teve conhecimento – aliás, estão aqui pessoas, nomeadamente o Sr. Vereador, que já esteve aqui num espetáculo do 19 de março, em que, por impossibilidade, nenhum dos Vereadores do Executivo, e eu próprio, estivemos, e esteve o Sr. Vereador aqui presente. Mas, eu vou ver o que é que se passa, se os e-mails estão corretos, se não estão, vou ver isso com atenção, e na próxima semana darei conta disso ao Sr. Deputado. -----

Projeto “Vivificar”: o Projeto “Vivificar” é um projeto europeu em que primeiro era Portugal, a Islândia e a Noruega, agora é a Noruega e Portugal, aqui nesta zona do Douro, são vários Municípios do Douro, em que tem muito a ver com a criação de casas de artistas, e experiências do norte da Europa com o sul da Europa. Basicamente é isto. Vai haver uma série de iniciativas aqui, com diversos autores, sejam portugueses, sejam noruegueses, e vai ser feito em Portugal, onde um dos Municípios, para além de Torre de Moncorvo, também é Alijó – iniciou-se em Alijó, já estão uma série de iniciativas, depois teremos também aqui em Torre de Moncorvo. A grande ideia é as experiências de dois povos serem feitas em cidades e vilas de pequena dimensão, e Torre de Moncorvo foi uma das que reuniu as condições para ser selecionada neste projeto europeu. Basicamente é isto. -----

Sr. Deputado Fausto, já enviei para a empresa uma SMS para nos explicarem esta falta de água e da boia. Há diversas situações; as limpezas, a ERSAR, obviamente, que é a entidade gestora e que coordena, é ela que notifica a empresa que tem a concessão, nomeadamente a AdIN. O que me foi dito agora mesmo foi que foi a afinação de um material novo instalado, e que só aconteceu uma vez – resposta da empresa, estou a responder-lhe pela empresa. O empreiteiro ficou de ajustar, e é uma boia nova para controlar perdas, que está a ser instalada. Foi isto que me enviaram agora. -----

Mas, eu, mesmo assim, enviarei um *e-mail* com a preocupação dos Srs. Deputados da Assembleia Municipal para a empresa. -----

Bom, Sr. Deputado, se eu pudesse, na natalidade, pôr dois milhões, ou três, ou cinco, também colocaria. E deu um bom exemplo, de Mogadouro – é que Mogadouro tem um saldo de conta de 6.000.000€ no banco, e agora tem 23.000.000€ de dívida. Estamos aos poucos a recuperar. Sim,

lh
M.
Pedro

23.000.000€. Se o senhor pagar 23.000.000€ em nove anos, acho que é um bom trabalho. Eu sei que o Sr. Deputado tem grande peso nessa dívida, eu sei. Mas, esteve sempre a apoiar, de bandeirinha na mão, e aqui dentro, e votou sempre a favor, e nunca fez esse tipo de observações. Portanto, termos trinta e duas famílias que já estão nesse projeto, é bom. Temos uma forma de controlar – porque depois nós também somos controlados, é bom. Nós temos de justificar para onde é que foi o dinheiro, e como é que foi gasto. E a grande ideia, vossa também, que é partilhada convosco, foi ser no comércio local, porque em vez de termos um só subsídio, conseguimos rentabilizar isto por dois. E isto é a grande diferença, não tem que se ir comprar fora – que, se calhar, até é mais barato – mas, compra-se no comércio local. E com isto, os próprios comerciantes viram já novas oportunidades, e produtos que não tínhamos à venda no Concelho de Moncorvo, hoje já existem esses produtos à venda. -----
E, portanto, esta medida é importante, e se conseguirmos aumentá-la, acho muito bem, vamos ver a disponibilidade que temos. E como o Sr. Deputado disse, tem cabimento? Tem cabimento no Orçamento, e é por aí que vamos pagar. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Está aberto o segundo período de intervenções. Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Uma impugnação significa contestação, situação a que qualquer trabalhador só recorre quando estão esgotadas todas as possibilidades e diligências administrativas. Quero crer que antes foram feitas reclamações a recursos hierárquicos ao responsável máximo da hierarquia – ou seja, a si, Sr. Presidente. E até agora, V. Exa. nunca deu conhecimento a esta Assembleia Municipal, como lhe competia. Agora começo a compreender os entraves e as dificuldades interpostas pelos serviços municipais na consulta aos procedimentos concursais, assunto de que também pedi o agendamento na ordem do dia da reunião de 10 de dezembro de 2021, para que as Sras. e Srs. Deputados tomassem conhecimento de como se processa nesta autarquia a obstrução à informação. -----
Já passaram mais de quinze meses, e até agora não obtive a documentação solicitada sobre os procedimentos concursais. -----
Mas, mais grave ainda, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal demite-se de exercer as suas competências. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é sua competência exercer os poderes funcionais, cumprir as diligências determinadas pelo Regimento e assegurar o cumprimento da Lei. Mas, tenho de o dizer, o Sr. Presidente da Câmara até me esclareceu, na resposta que deu

a um dos meus requerimentos, qual o caminho a seguir, recomendação que agradeço e que, confesso, só em última instância ponderaria recorrer. -----

E para terminar, não posso deixar de referir o que a Sra. Vereadora Piedade Meneses afirmou nesta Assembleia, realizada no dia 26 de fevereiro de 2021, relativamente ao sistema de avaliação dos trabalhadores da administração pública (vulgo SIADAP). Veio com retórica e demagogia, desafiando-me a auscultar os trabalhadores da casa e a ver quantos fizeram reclamações. Quando solicitei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a auscultação de trabalhadores, anexando o excerto da ata com as declarações da Sra. Vereadora, o Chefe da DAF, Dr. Dixo, respondeu: “Não se percebe o que se pretende do Município.” -----

Na reunião seguinte, de 26 de abril de 2021 – faz agora um ano – a Sra. Vereadora veio esclarecer, e passo a citar, que “o responsável máximo da avaliação não tem conhecimento de qualquer impugnação administrativa por recurso hierárquico ou tutelar sobre qualquer vício, aproveitamento de atos administrativos ou violação da Lei.” -----

Mas, a mentira tem perna curta, e é preciso dar tempo ao tempo. Foi preciso esperar dois anos para se saber que existe pelo menos um processo de reclamação do SIADAP n.º 261/21.1-BEMDL, a decorrer termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, interposto por trabalhador do Município. -----

E termino, deixando só aqui uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, que foi colocada por membros de algumas Juntas do concelho, que tem a ver com a cedência da máquina da Câmara, que durante vários dias por ano ia às freguesias para a limpeza dos caminhos rurais e agrícolas, e havia uma comissão que fazia uma planificação, e fui informado que, pelo menos em algumas Juntas, isso já não ocorre há dois anos. Gostaria de saber como é que está essa situação, e se a máquina pode, ou não, ser disponibilizada às freguesias. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. Prescinde? Sr. Deputado Diogo Oliveira. -

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Respondendo ao Sr. Deputado, a guerra na Ucrânia, é importante que toda a Europa consiga encontrar respostas para acolher todos os refugiados no seio dos seus países, para que possam recomeçar as suas vidas e proteger as suas famílias. O espírito solidário deve estar sempre presente no seio de cada um dos nossos atos, inclusive no seio do nosso país e no seio do nosso concelho. E na análise da documentação enviada, constatei a inexistência de qualquer referência a uma intervenção do Município no apoio aos refugiados, vítimas da guerra na Ucrânia.-----

Verifica-se como uma das atividades realizadas pelo Município a iluminação dos Paços do Concelho, o monumento aos combatentes e a projeção da bandeira da Ucrânia como forma de

solidariedade para com o povo ucraniano. E eu pergunto: Sr. Deputado, sabe qual é o verdadeiro significado de solidariedade? Pois bem, solidariedade constitui uma característica de quem está disposto a ajudar, a acompanhar ou a defender outra pessoa. Podemos assim afirmar que solidariedade pode ser entendida como a manifestação desse sentimento como ato de ajudar. - E é verdade, Sr. Deputado, podemos ajudar com uma recolha alimentar, como a que foi efetuada no nosso concelho. Mas, será que esta é resposta suficiente para contribuir para debelar a crise de refugiados com a qual nos deparamos? Sr. Deputado, considera essa a única e a melhor forma de ajudar a dar resposta a carências como a habitação, carências como alimentação, carências como abrigo, carências como saúde, carências como educação? Sr. Deputado, será que podemos afirmar que as recentes recolhas alimentares traduziram uma ideia que partiu deste Executivo da Junta de Freguesia e de todas as estruturas de apoio, ou foi uma iniciativa clonada de iniciativa efetuada pela Juventude Socialista e apoiada pelo Partido Socialista em Torre de Moncorvo na páscoa de 2021? E o Sr. Deputado, onde é que estava nessa altura? Ainda hoje estamos à sua procura nessa iniciativa. -----

Mas, pronto, ao contrário do apagão que aconteceu com as cópias das atas do Conselho Municipal da Juventude, que de uma forma curiosa até apagou o próprio Conselho Municipal da Juventude do Concelho de Torre de Moncorvo, e embora se tente menosprezar o impacto positivo que um grupo de jovens tem para com o seu concelho, a Juventude Socialista e o Partido Socialista têm e terão sempre um backup para recuperar vezes sem conta aquilo que o nosso Partido trouxe e traz para o nosso concelho. -----

Sr. Deputado, mais uma vez, o Partido Socialista, e desta vez juntamente com a Juventude Socialista, colocou uma boa ideia nas mãos com a moção apresentada. E esta não é uma ideia para arrumar na gaveta; esta é uma ideia para avançar, e uma ideia que pode ajudar a mudar o futuro do nosso concelho, se forem concedidos os apoios e incentivos necessários para os refugiados da atual guerra da Ucrânia. E este é o momento. O Governo Socialista tornou mais simples o processo, e o Partido Socialista e a Juventude Socialista de Torre de Moncorvo apresentam aqui o caminho. Agora, depois de mostrarmos o norte, fica-se com a responsabilidade moral de manter o Município na habitual letargia ou de agir. -----

Sr. Deputado, estamos aqui para fazer política, não é só para ter palco, como o Sr. Deputado faz tão bem, e como fez há bocadinho. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, estimados Srs. Deputados, cumprimentar também os Vereadores da Oposição. -----

11.
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, hoje já chamei à atenção de vários deputados. E o senhor também faz várias intervenções a partir do seu lugar. Eu peço aos Srs. Deputados que não intervenham. Se o Sr. Deputado e os outros não intervierem, isto já não acontece. E o Sr. Deputado, já mais do que uma vez, também faz intervenções a partir daí. É tão simples como isso. E quando o senhor também faz afirmações? E nas outras vezes? Sr. Deputado, ficamo-nos por aqui. -----

Sr. Deputado Bernardo Silva, faça favor. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Como estava a dizer, cumprimentar o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, os Srs. Vereadores da Oposição, que não cumprimentei na primeira volta. -----

Eu gostaria aqui de deixar apenas que estou de acordo com o Sr. Deputado António Júlio relativamente aos eventos municipais e da cooperação interparlamentar, na participação naquilo que são os eventos do Município e da respetiva notificação dos Srs. Deputados para poderem estar presentes. E portanto, estou de acordo, creio que esse é um tipo de política positiva, naquilo que são os nossos eventos municipais. -----

E relativamente aqui à situação da Ucrânia, Sr. Deputado Diogo, eu creio que esta devia ser mais uma situação de união do que de aproveitamento político, ou alguma coisa do género. Eu soube que o senhor também fez uma atividade pela JS, e muito bem. Esta recolha alimentar partiu a partir da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, e muito bem. Creio que qualquer passo dado no sentido de auxiliar a população ucraniana, seja a partir da doação e recolha de bens alimentares, ou através de opções mais simbólicas, como falou, da bandeira e das luzes, ou outras que possam ser apresentadas, acho que são positivas. Estamos aqui a falar no conforto de uma sala que está segura, e, portanto, acho que é um assunto que é menos político e mais de nos unirmos para criar soluções práticas para essa situação. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Sr. Deputado Diogo, quem perdeu agora o norte fui eu, eu perdi mesmo o norte. Eu gostava que a Mesa me elucidasse se ainda estamos na informação escrita da atividade municipal, que é da competência do Presidente da Câmara. Estamos no Ponto n.º 1? É que alguém subiu aqui ao palco e só questionou os deputados, eu fiquei um bocadinho sem saber o que é que hei de fazer. Ou estas situações param e não são feitas, ou então tenho mesmo de comprar uma bússola para encontrar o norte, porque agora fui eu que me perdi. -----

1h.
M.
Cedris

Mas, indo ao encontro das suas palavras, Sr. Deputado, tem estado um bocadinho distraído. Não viu as cerca de dez toneladas que o Concelho de Torre de Moncorvo enviou para a Ucrânia, de alimentos e de roupas? Não viu? É que dez toneladas são mais quilos do que o número de habitantes de Moncorvo. Não viu também os cerca de dez camiões que saíram, que foi a CIMDouro, onde Torre de Moncorvo também esteve e onde pagou essa deslocação, que fomos logo dos primeiros a levar essa ajuda humanitária? Não viu? Não viu a disponibilidade de casas que Torre de Moncorvo fez para acolher habitantes que viessem da Ucrânia, refugiados? Não viu o que a sua Secretária de Estado das Migrações veio dizer sobre alguns problemas que agora o Comité de Migrações tem, que está a colocar, em vez de refugiados ucranianos, outros de outras nacionalidades – como aconteceu, por exemplo, aqui, que já hoje foi citado, em Mogadouro? Não viu isso? Não sei o que é que o Sr. Deputado não viu, ou que quer mais. ----- Eu concordo com o que aqui foi dito pelo deputado Bernardo, que isto deve ser de união entre todos. Acho que todos estamos imbuídos do mesmo espírito para ajudarmos numa situação que ninguém quis, onde verdadeiramente não se trata de esquerda nem de direita, trata-se de um país que invadiu outro país soberano, um país que quer impor, pela força das armas, uma ideologia. E eu já nem entro a dizer que é “invadir” porque é de direita, já nem entro por aí. O que nós temos que nos focar é que é uma invasão, contra todos os princípios do direito internacional público, e é um país sobre outro país, que é um Estado soberano, e que tem a liberdade de escolher como e para onde quer viver. É muito mais importante vermos a Ucrânia a decidir o seu futuro do que termos autênticos fantoches, como é a Bielorrússia. Isso é que também devia criticar aqui. -----

Depois, Srs. Deputados, para não pormos isto na Assembleia Municipal, vou enviar, com a permissão de todos, e com os números de telefone que tiver, qual é a perspetiva da esquerda e da direita. Quem tiver já, peço desculpa por enviar pela segunda vez, mas irei enviar um texto que resume muito do que é a esquerda e a direita – claro, aqui quase a caricaturar um lado e outro. -----

Sr. Deputado José Aires, impugnações e recursos hierárquicos em concursos: como sabe, o concurso é gerido por aqueles que são nomeados para estarem nos júris do concurso, e é para aí que tem que haver. Depois, há um ato, que é o ato de homologação, que é da responsabilidade do Presidente da Câmara, e esse não tem recurso hierárquico. -----

Portanto, o que o senhor disse, de uma forma despropositada, e até que não fica bem, dirigindo-se a uma senhora – se me dissesse a mim, para mim era igual, eu até estava aqui a responder – e não tomando aqui uma missão de defesa da Sra. Vereadora, por ser senhora, mas antes a defesa das incorreções que trouxe para aqui, a Sra. Vereadora respondeu – e aliás, fê-lo muito bem, disse isso, que não houve Assembleia Municipal em setembro, mas não houve Assembleia Municipal em setembro em virtude das eleições. Se não houve em setembro, a Sra. Vereadora

não podia responder sobre qualquer impugnação que tenha entrado em tribunal, porque só em setembro de 2021 é que a Câmara foi notificada. E portanto, se foi notificada em setembro de 2021, a Sra. Vereadora não podia estar a mentir, nem podia estar aqui a fazer sessões de futurologia. -----

Portanto, acho que aí um pequeno pedido de desculpas lhe fica bem. Mas, se não o quiser dar, aí é o problema que já lhe expliquei, das impugnações e dos recursos hierárquicos, é não ser inverdade o que a Sra. Vereadora disse, porque nem sequer tínhamos conhecimento naquela situação. E, portanto, estão respondidas essas perguntas. -----

Quanto à cedência da máquina, já há muitos anos, e continua, há uma comissão – que sinceramente não sei se foi já eleita neste mandato, não sei – só de Presidentes de Junta de Freguesia. Só são Presidentes de Junta de Freguesia, e são eles que fazem. Agora, a máquina, efetivamente, esteve parada porque teve uma grande reparação, porque teve de levar as lâminas todas novas, já é uma máquina com alguma idade, e já está, neste momento, ao que eu sei, a operar nas Juntas de Freguesia – na Açoreira, está ali o Sr. Presidente de Junta a dizer que está na Açoreira, está já a operar. E continuará, com o calendário que é pré-estabelecido pelos Srs. Presidentes de Junta. A Câmara aí nem sequer se envolve. -----

Obrigado. -----

PONTO 2 — APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Miguel Lopes** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **Diogo Oliveira** (PS), **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar ao Ponto n.º 2, Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021. -----

E dava novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Presidentes e Sras. Presidentes de Junta: -----

Como tem sido hábito nos três mandatos que levo à frente do Município, é convidado sempre para a primeira prestação de contas de cada mandato, para explicar a situação e para responder a algumas dúvidas – porque se trata de documentos técnicos, e nós não temos de saber tudo – o Sr. Dr. Peixinho, que é o revisor oficial de contas, ainda mais neste ano, em que estamos com o SNC-AP a ser implementado. -----

H.
M.
Beira



E, portanto, por essa questão, eu irei dar a palavra ao Sr. Dr. Peixinho para dar um enquadramento da prestação de contas, e alguma nota que queiram fazer sobre os documentos técnicos, poderão fazer diretamente, e depois haverá, obviamente, as perguntas normais que serão respondidas pelo Executivo. -----

Muito obrigado. -----

-----**Dr. Fernando Peixinho (Revisor Oficial de Contas):** Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados. -----

Este é um documento de prestação de contas que certamente terá aspetos que são mais facilmente perceptíveis, outros que poderão ter alguma complexidade e necessitar de algum esclarecimento que entendam dever ser prestado. Mas, no essencial, eu gostaria de explicar – como disse o Sr. Presidente da Câmara – qual é o enquadramento, por um lado, da nossa função, e por outro lado, da prestação das contas que aqui vem hoje para ser apreciada, discutida e votada. -----

Em primeiro lugar, nós fazemos um acompanhamento sistemático da evolução das contas do Município ao longo do ano, para depois podermos fazer a auditoria final, verificarmos a conformidade dos procedimentos, quer quanto à observância daquilo que são os preceitos legais, quer quanto aos registos que são efetuados, às políticas contabilísticas que são mantidas, ou não, e portanto, verificar a consistência e a manutenção dessas políticas contabilísticas, no que tem a ver com o apuramento das depreciações, no que tem a ver com o cálculo de provisões para situações que possam suscitar dúvidas contingenciais acerca das responsabilidades presentes ou futuras, no que tem a ver com a valorização dos inventários, no que tem a ver com a valorização das obras executadas por administração direta, no que tem a ver com o processamento das remunerações a todo o pessoal – pessoal que é diretamente da Câmara, que faz parte dos quadros da Câmara, e pessoal especialmente contratado para algum tipo de funções – o cumprimento das metas orçamentais, o cumprimento de todos os procedimentos concursais para efeitos de adjudicação de obras, de aquisição de bens e serviços. -----

Portanto, digamos que a nossa intervenção é destinada, por um lado, a verificar a legalidade da despesa, a verificar a conformidade dos registos, quer em relação à despesa, quer em relação à receita, as divulgações que constam dos anexos que fazem parte integrante das contas, e também, depois, a prestação de contas, no seu conjunto. -----

Daí que nós emitimos um relatório, um relatório de auditoria que também é conhecido por certificação legal das contas, onde exprimimos a nossa opinião sobre a existência ou não existência de distorções que possam afetar algumas das rubricas, dos elementos que constituem, quer o balanço, quer a demonstração de resultados, quer a demonstração da

variação dos fundos próprios, quer a demonstração dos fluxos de caixa, quer as demonstrações orçamentais, de receita e de despesa. -----

Relativamente às contas de 2021, como é do conhecimento geral, o referencial contabilístico já se tinha alterado, e, portanto, já entrou em vigor em 2020. Deixou de ser o POCAL, que era o plano de contas que existia anteriormente, passou a ser o SNC-AP, que é o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que tem algumas alterações que se traduzem, depois, numa configuração um pouco diferente das contas. -----

Penso que vale a pena sublinhar aquelas que são, de facto, mais importantes. Eu destacaria como sendo a mais importante o reconhecimento dos subsídios de investimento. Todos os meses, a Câmara recebe transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro – o chamado FEF – umas delas que são para financiamento de despesa corrente, e outras que são para financiamento de despesa de capital. Essas transferências eram todas elas reconhecidas como rendimentos. E as transferências de capital que fazem parte do FEF deixaram de ser reconhecidas como rendimentos, e passaram a ser reconhecidas como variações positivas nos fundos próprios. Digamos que do ponto de vista da situação patrimonial do Município, não se modifica nada; o que se modifica é a conta de exploração, a demonstração de resultados. Ou seja, aquilo que anteriormente ia diretamente a resultados – e, portanto, influenciava de forma positiva o resultado, porque era um proveito que era registado no próprio exercício – agora deixa de ser um proveito, deixa de ser um rendimento, e passa a ser uma variação patrimonial positiva, com expressão somente nos fundos próprios. -----

Por outro lado, também as políticas de depreciação e de amortização passaram a ter algumas diferenças, que não são propriamente materiais, no âmbito do Município, e há também algumas disposições obrigatórias, no que tem a ver com o cumprimento das metas orçamentais, que no caso do Município de Moncorvo têm sido cumpridas. -----

Portanto, em relação à expressão da nossa opinião relativamente às contas referentes ao exercício de 2021, na certificação legal de contas nós damos uma opinião de não modificar, o que quer dizer que é uma opinião sem reservas, uma opinião em que não detetámos, ao longo do nosso trabalho, qualquer distorção material relativamente às contas. Pode-se gostar mais, pode-se gostar menos, mas as contas, dentro da perspetiva dos auditores, estão certas – ou seja, refletem de forma fidedigna, de forma apropriada, de forma verdadeira, a posição financeira do Município que está expressa no balanço e o resultado das operações que está expresso na demonstração de resultados e nas demonstrações de fluxos de caixa. -----

E depois de darmos opinião, entendemos, apesar de terem sido feitas as respetivas divulgações no relatório de gestão e no anexo, entendemos enfatizar alguns aspetos que, do nosso ponto de vista, podem vir a ter influência futura na atividade financeira do Município, e que eu passaria a dizer. -----

1h
M
Cedra

Basicamente, foi a integração – que é do conhecimento geral – dos serviços de águas numa empresa supramunicipal ou intermunicipal, designada por AdIN, em que, naturalmente, esta transferência poderá vir a ter impacto futuro nas contas, na medida em que os ativos e os passivos foram transferidos para essa empresa, por contrapartida da participação que a Câmara nela tem. -----

Depois, a questão da Covid, que é também do conhecimento geral que as Câmaras tiveram de fazer investimentos, quer em material de proteção, material de defesa, algum apoio à economia local, que teve expressão no aumento da despesa. -----

E por último, a questão que é por demais conhecida de todos, e que tem impacto na atividade financeira, quer dos sujeitos singulares, quer dos sujeitos que não são singulares e que são pessoas coletivas, públicas e privadas, que é a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que fez disparar os preços dos bens energéticos, fez disparar os preços das matérias-primas, e portanto, isto vai ter, naturalmente, impacto nos orçamentos – quer nos orçamentos das famílias, quer nos orçamentos das empresas, quer, naturalmente, nos orçamentos do Estado, aos seus diferentes níveis, e a este nível, no Orçamento Municipal. Não sabemos qual é a dimensão, não a conseguimos – e penso que ninguém a consegue, para já, quantificar, não sabemos qual é o impacto que isto vai ter em 2022, mas quer a Covid (menos), quer esta situação (mais), vão seguramente ter um impacto negativo ao nível da atividade financeira da Câmara Municipal de Moncorvo, e de todas as Câmaras, sem, no entanto, nesta altura, podermos fazer qualquer avaliação sobre a dimensão material desse impacto. -----

E, portanto, genericamente, e resumindo, o que é que eu posso dizer? O balanço exprime de forma adequada a posição financeira do Município – do lado dos ativos, aquilo que o Município tem, do lado dos passivos, aquilo que o Município deve, a quem deve e quando deve. Houve, ao longo destes últimos anos, uma redução progressiva do endividamento, conseguida à custa essencialmente de autofinanciamento, resultante de resultados obtidos e das depreciações, e, portanto, de libertação de meios pela via do *cash flow*. -----

Depois, na demonstração de resultados, temos também uma evolução que ao longo dos últimos anos permitiu contribuir para o reforço dos meios próprios do Município, e portanto, com isso também reequilibrar uma situação financeira que, há oito anos atrás, ou nove anos atrás, obrigou a uma intervenção de saneamento financeiro, e que, portanto, têm sido cumpridas todas as metas que foram impostas, na altura em que foi celebrado o acordo para o saneamento financeiro do Município. -----

Portanto, do ponto de vista daquilo que é a apreciação do revisor – ou dos revisores, dos auditores – esta é a minha apreciação genérica. Não estou aqui a fazer um detalhe, porque acho que isso se tornaria maçador e que não acrescentaria muito, do ponto de vista da informação que tem que ser prestada, mas estou também disponível para que os Srs. Deputados, ou algum

14
Peixinho
M.

dos Srs. Vereadores, me queira questionar. E eu, dentro daquilo que seja o meu conhecimento e a minha capacidade, procurarei ajudar a compreender um ou outro aspeto que se possa apresentar como mais controvertido, ou como menos facilmente compreensível. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Dr. Peixinho. -----

Antes de entrarmos no debate, não sei se algum dos Srs. Deputados quer colocar alguma questão ao Dr. Fernando Peixinho. Estão abertas as inscrições, e poderão fazer também questões ao Dr. Peixinho. Há cinco inscrições. -----

Faça favor, Sr. Deputado Luís Lopes. Estamos na primeira ronda de intervenções sobre o Ponto n.º 2. Se algum dos Srs. Deputados quiser fazer perguntas diretamente ao Sr. Dr. Fernando Peixinho, ele estará aqui para responder. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Uma vez mais, bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara. -----

Aproveito a oportunidade para dar as boas-vindas ao Dr. Peixinho. Dr. Peixinho, bem-vindo a Torre de Moncorvo. -----

Para contextualizar esta minha intervenção sobre a prestação de contas do Município terei que começar por falar de uma das primeiras entrevistas que o Sr. Presidente da Câmara deu a um jornal regional. Entre outros temas, disse que a gestão camarária teria que passar pela diminuição das despesas correntes e das despesas de capital. Desde esse dia, tenho pensado muitas vezes nesta afirmação, e acredite que ainda hoje me custa a acreditar que tenha dito que teria que diminuir as despesas de capital. Das duas, uma: ou alguém lhe disse para dizer isso, ou à data não saberia o que eram despesas de capital. -----

Os anos foram-se passando, e com eles foram também apresentadas as prestações de contas e Orçamentos. Bem sei que um Orçamento é um documento previsional, e como tal, a qualquer momento pode ser modificado. Mas, pelo que tenho assistido, V. Exa. é mais adepto de alterações do que de revisões. Anos após anos fomos assistindo a um empolar de orçamentos. Por quê? O senhor lá saberá. -----

Desde 2014 a 2021 são oito anos, e o de 2013 até lhe dou de barato. Não é assim muito tempo, mas acredito que para o Concelho de Torre de Moncorvo estes oito anos, politicamente – que é aquilo que estamos a tratar, é politicamente – são uma eternidade e um acumular de erros que vão ser muito difíceis de corrigir, erros que vão ser pagos pelas gerações futuras. -----

Chamam à nossa região “território de baixa densidade”, e V. Exa. prefere dizer “de baixa densidade, mas de alta intensidade”. Deixe-me que lhe diga, a única intensidade que se vê neste concelho é na página do Base.Gov. Aí sim, existe intensidade, uma intensidade e uma velocidade

de números difíceis de entender. Sr. Presidente, acredito que é mais importante a direção do que a velocidade. -----

Voltando à prestação de contas, é um documento exaustivo, e que ninguém se convença que é em dois dias que se consegue analisar com rigor um documento com esta envergadura. No entanto, há números que saltam à vista, e em todas as outras prestações de contas que foram apresentadas ao longo dos últimos oito anos. -----

O Sr. Presidente, na última Assembleia, falou-nos aqui da amizade. É evidente que não é uma novidade para ninguém que sou seu amigo, e que você também é meu amigo, claro. Da minha parte, pode ter a certeza absoluta de que é uma amizade verdadeira, porque se assim não fosse, eu quereria o seu lugar. Os verdadeiros amigos não querem os lugares uns dos outros. -----

Sr. Presidente, é com a sinceridade que me conhece, e na qualidade de amigo, que hoje vou quebrar o protocolo e vou fazer-lhe a próxima pergunta em moldes diferentes. Não me levarás a mal que te trate por “tu”. Nuno Gonçalves, nos últimos oito anos, em aquisição de bens e serviços e transferências correntes – que todos sabemos o que são – gastaste cerca de 31.000.000€ aos cofres da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Em quê? Sim, gastaste cerca de 31.000.000€ em quê? -----

Nuno Gonçalves, no dia em que me responderes a esta pergunta e me consigas convencer, apoiar-te-ei, seja em que circunstâncias forem. Até lá, como um dia escreveu Manuel Alegre, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz “não”. E digo-te mais, direi aqui na Assembleia Municipal, e em qualquer parte do mundo, que politicamente estás a hipotecar o futuro de Torre de Moncorvo, de todos aqueles que nele vivem, e das gerações futuras. -----

Em relação à questão que quero colocar ao Dr. Peixinho, o Dr. Peixinho disse que a AdIN vai ter um impacto nas contas. Eu quero perguntar-lhe que tipo de impacto vai ser esse. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Há sempre uma candeia dentro da própria desgraça. -----

Sr. Revisor, Dr. Peixinho, obrigado por nos ter vindo elucidar sobre este relatório. Eu li sempre atentamente os seus relatórios, e havia sempre uma parte que dizia que deveríamos mudar do POCAL para o SNC-AP. Este ano, claro, pela implementação do SNC-AP, não deu nenhuma sugestão para a Câmara Municipal implementar qualquer outro tipo de programa ou medida. ---

Eu sei que não é das suas competências, mas gostava que nos desse mais uma sugestão de como é que poderíamos, por exemplo, comunicar melhor este relatório de contas. Na última intervenção que houve aqui, do deputado Luís Lopes, ele disse, e muito bem, que em dois dias

16.
Pedro
M.

é impossível conseguirmos analisar este relatório; daí, pergunto ao Sr. Revisor, mesmo sabendo que não é da sua competência, como e de que forma poderíamos receber esta informação de uma forma mais simples, que pudéssemos analisar neste curto espaço de tempo que a Lei nos dá para a preparação da Assembleia. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar também o Dr. Fernando Peixinho e agradecer a sua presença, pessoa por quem tenho estima pessoal. -----

Relativamente à intervenção: mas, afinal, estamos a tratar da prestação de contas do ano de 2020, ou do ano de 2021? Coloco esta questão porque nos documentos enviados por parte da Câmara Municipal para apreciação é apresentada uma tabela com a situação dos contratos do ano de 2020. Nessa mesma tabela, a coluna com o valor dos contratos totaliza 399.321.721,56€, e na coluna ao lado, o preço contratual, com valor acrescido de IVA, totaliza 26.544.499,13€. Mas, que contas são estas? Está sempre a queixar-se das dívidas, mas, afinal, o Município de Torre de Moncorvo é um Município rico, quase 400.000.000€ em contratos adjudicados. Mas, o programa não sabe fazer as contas, ou os dados são introduzidos pelos serviços à unha e ninguém confere os resultados? -----

Correndo o risco de ser apelidado de “ave canora”, confesso que esperava nada mais, nada menos, do que um documento imaculado na sua conceção e redação. No ano passado, a justificação dada para os erros detetados na prestação de contas de 2020 foi a de que era a primeira vez que o programa SNC-AP estava a ser implementado no Município. Agora repetem a apresentação de um documento fundamental da gestão municipal com erros e contas mal feitas, demonstrando mais uma vez a incúria na sua redação e desrespeito pelos membros desta Assembleia Municipal. -----

Nesse sentido, proponho o adiamento para uma próxima reunião, de forma a serem apuradas as responsabilidades e corrigido o documento, para uma posterior análise e votação por parte deste órgão. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Queria também cumprimentar aqui o Sr. Auditor. -----

Sr. Presidente, confesso não ser fácil analisar toda a documentação que nos é enviada num tão

1h
M.
Edis



curto espaço de tempo. No entanto, com esforço, dedicação, e principalmente amor ao concelho, tudo se consegue. -----

Contudo, é necessário frisar que apesar de o prazo legal ser cumprido, é necessária uma análise atenta e cuidada de cada ponto, e acho que também seria do seu interesse que cada deputado aqui presente tivesse a oportunidade de proceder a essa análise cuidada. -----

Em primeiro lugar, deixe-me referir que finalmente aprenderam que o ativo é igual ao património líquido mais o passivo. E permita-me a pergunta, Sr. Presidente: sabia que só assim é que podemos afirmar que um balanço está correto? Falando contabilisticamente, só assim podemos afirmar que o balanço está balanceado. -----

Sr. Presidente, verifiquei no capítulo 3, principais atividades e iniciativas de investimento do ano de 2021, que consta como investimento a reabilitação do Miradouro de Santa Bárbara, da Freguesia de Mós. Através da análise do contrato presente no portal Base.Gov, constata-se que a data da celebração do contrato foi no dia 6 de maio de 2021, para esta empreitada, e teve como entidade adjudicatária a entidade Açoreira & Almeida, Lda. Consta também que o prazo de execução foi de cento e oitenta dias. É caso para lhe perguntar: será que os dias têm vinte e quatro horas para todos, e os anos têm trezentos e sessenta e cinco dias, e a execução desta obra já ultrapassou os cento e oitenta dias? Ou será que o Sr. Presidente desconhece que os prazos são para cumprir? Quantos cento e oitenta dias precisará para concluir a obra? -----

Nós já estamos habituados àquilo que um amigo meu me disse uma vez: o Sr. Presidente vem para aqui com uma mão cheia de nada, e outra cheia de coisa nenhuma. Que mais avanços teve esta obra, para além de umas meras marcações que lá vão aparecendo a conta-gotas? -----

Outra obra em questão é, por exemplo, a reabilitação e requalificação do antigo matadouro e carpintaria, e acessos. O prazo da mesma não terminou também, ou o Sr. Presidente esqueceu-se dos contratos que assinou? É sabido que o matadouro já serviu de arrumos para as obras que está a fazer no concelho, mas o Sr. Presidente não está a reabilitar com essa finalidade, pois não? -----

Sr. Presidente, será que estas obras, como tantas outras, são para concluir, ou os atrasos existentes na escola são replicáveis a todas as obras, mesmo que não haja justificação para as mesmas? É que a escola, também nem vê-la. E pelo que consta da auscultação que foi feita junto dos alunos pela Juventude Socialista, no Dia Nacional do Estudante, no ano de 2022, e no passado mês de dezembro de 2021, acredita-se que vamos chegar ao final do ano e a escola não está pronta. É caso para perguntar: quantas mais prorrogações vão ser precisas? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, agradecer também ao Sr. Auditor. -----

Realmente, há várias interpretações para um documento que é maioritariamente técnico. De qualquer das formas, todos temos a nossa opinião política sobre o mesmo. -----

Na minha, vejo-o de uma forma bastante simples. Para mim, obviamente, se me tivessem apresentado este documento, a projetar que teríamos esta dívida, estes resultados transitados, todo o investimento que foi feito em Moncorvo, em 2013, eu diria que o concelho teria que parar para conseguir atingir estes resultados. No entanto, obviamente, todos pensamos da nossa maneira. -----

E o que verificamos é que, ao longo destes nove anos, continua a haver investimento na reabilitação urbana, na mobilidade urbana, nas infraestruturas municipais, edifícios, saneamento, instalações, por aí adiante. Foi recuperada a dignidade do Município entre Municípios, entre o Estado Central, nas entidades bancárias e fornecedores, voltou-se a pagar a tempo no nosso Município, a cerca de trinta dias, temos uma margem bastante alargada para utilizar, para recorrer à banca, perfeitamente confortável, que nos permite embarcar em investimentos cruciais, agora no fim do quadro comunitário e na execução do PRR. E constatei também, com alguma satisfação, um resultado transitado de mais de meio milhão de euros, o que transmite – creio eu – aos nossos munícipes a eficiência e eficácia económica, e que demonstra também às gerações futuras o respeito deste Município pelo princípio orçamental da equidade intergeracional. -----

Para terminar, Sr. Presidente, e muitas vezes, como já foi falado, isto é um documento bastante extenso e técnico, para termos aqui alguma noção real do que significa este resultado transitado positivo, conseguimos saber qual é que era o valor aquando da sua tomada de posse no primeiro mandato, por exemplo? -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dr. Fernando Peixinho, faça favor. -----

-----**Dr. Fernando Peixinho (Revisor Oficial de Contas):** Bom, eu gostaria de acrescentar alguma coisa em relação àquilo que disse, para depois poder responder às questões que me foram colocadas, e que tem a ver com o seguinte: o documento da prestação de contas pode ser discutido no plano de sabermos se as contas que estão apresentadas estão bem feitas ou estão mal feitas, porque estas contas são o resultado de opções políticas que, normalmente, foram feitas quando foi elaborado o Orçamento. E depois, aquilo que se poderá, quando muito, discutir é se foram ou não foram cumpridas as metas orçamentais, o que também vem plasmado no nosso relatório. -----

Em relação, por exemplo, à aquisição de bens e serviços, houve um desvio para menos de

467.000€ - ou seja, a previsão na aquisição de bens e serviços era superior à execução que foi feita, em termos de despesa de aquisição de bens e serviços, em cerca de 467.000€. -----

Ora, uma das questões que me foi colocada seria o impacto que haveria nas contas, em 2022, resultante da transferência para a AdIN. A AdIN é alguém que vai prestar um serviço que é externo à Câmara, e, portanto, a Câmara deixa de, no plano das operações, ser a entidade prestadora da distribuição da água em baixa, e passa a sê-lo por uma outra entidade. A Câmara vai reconhecer nas suas contas os resultados da participação nessa entidade, e vai deixar de reconhecer nas suas contas todos os encargos que tinha com as operações, para além do encargo do pagamento por metro cúbico de água comprado e, naturalmente, por metro cúbico de água vendido. -----

Qual é o impacto que isto vai ter? Nesta altura, não é fácil para nós, que fazemos sempre revisão de informação histórica, saber qual é o impacto que vai ter. Mas, naturalmente que esta opção que foi tomada, tendo sido tomada por vários Municípios, a ideia é de que consigam obter uma economia de escala, uma economia de quantidade. E se isso acontecer, o impacto que terá será favorável em termos de prestação de contas – ou seja, em termos de obtenção de resultado. Mas isso, francamente, só no fim do ano de 2022 é que estaremos habilitados a fazer um juízo e uma apreciação sobre isso. -----

Depois, como é que se pode comunicar melhor a questão da informação contida no relatório de contas? Bom, o relatório de contas tem duas componentes: uma que é o relatório de gestão, que relata todas as atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano, e aquelas que, não tendo sido concluídas, estão em curso, e se dá conta da fase em que se encontram; e depois, tem uma outra componente, que é a das contas, que reflete todos os gastos que foram efetuados, todos os rendimentos que foram recebidos e que se tiveram, que foram obtidos, e desse diferencial entre rendimentos e gastos obtém-se um resultado, e tem-se também uma posição financeira. O que é a posição financeira? É saber se os clientes e utentes nos devem mais ou nos devem menos, é saber se em inventário temos mais stock ou temos menos *stock*, é saber se os nossos ativos fixos, que incluem os investimentos e participações noutras entidades externas, os investimentos em máquinas, edifícios, nos bens de domínio público, tudo aquilo que compõe o ativo fixo, saber se aumentaram ou se diminuíram, se as políticas de depreciação foram ou não foram seguidas – porque todos os anos é necessário reconhecer um custo pela utilização dos bens, e também pelo tempo que passa – os bens são desvalorizados, ou são depreciados, quer em função da sua utilização, quer em função do tempo. E do lado do passivo, vemos qual é o endividamento – normalmente, o endividamento que temos no passivo são os financiamentos junto das instituições de crédito, os financiamentos via fornecedores, o crédito daquilo que é a aquisição de bens e serviços correntes, e eventualmente outros credores que se agregam numa conta geral de outros credores, porque são menos representativos do que os outros já referidos.

16.
Redio
M.A.

E portanto, a apreciação que normalmente nós fazemos quando vemos balanços são apreciações comparativas – ou seja, comparamos o balanço de 2021 com o de 2020, comparamos o de 2020 com o de 2019, e depois, podemos fazer uma comparação com um arco um bocadinho maior, de 2021 para 2019, e vemos, de facto, o que é que se alterou, o que é que mudou, e se aquilo que mudou, de acordo com os indicadores de desempenho que estão, na teoria contabilística e na teoria económica, definidos como sendo os indicadores mais apropriados para aferir sobre o bom ou mau desempenho, ver se, de facto, o desempenho foi melhor ou foi pior do que aquilo que se esperava, ou em relação aos anos anteriores. -----

E aquilo que uma prestação de contas que é feita, e que é dada a conhecer, permite, é pegar nestes documentos de síntese e fazer essas verificações, fazer essas contas. Não me parece que qualquer outro tipo de comunicação – até porque, por uma maior facilidade de compreensão do que vem nas contas, há um outro documento que vem associado às contas, que é o anexo; e se repararem, em cada uma das colunas que está juntamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados está um número, que é a nota correspondente à divulgação que é feita no anexo, que explica em pormenor o conteúdo dessa conta. -----

Ou seja, eu acho que o SNC-AP – que, aliás, veio refinar aquilo que já existia no POCAL – acrescentou ainda mais valor a esta questão da compreensibilidade da informação financeira, da informação que está contida nas contas. -----

E, portanto, com toda a franqueza, eu não vejo em que condições é que poderia haver uma comunicação, uma descrição mais detalhada do que aquela que é feita na prestação de contas, para uma sua correta compreensão. -----

Por último, houve uma intervenção em que estariam contratos de 2020, e seriam de 2021. Nós apreciámos as contas de 2021, sem prejuízo de termos feito comparações com o que se passou em 2020, até porque uma das coisas que os auditores fazem sempre é a chamada revisão analítica, que consiste fundamental em saber o quê? Se de um ano para o ano seguinte tiver havido variações muito significativas numa determinada rubrica, nós vamos ter de fazer testes de auditoria mais extensos, mais profundos, de modo a perceber por que é que aquela variação foi tão significativa. No caso, não tivemos nenhum acontecimento, para além daqueles que eu referi, que decorrem da própria estrutura do SNC-AP, comparativamente com a do anterior POCAL, e, portanto, eu referi-os logo no início. Tirando isso, não tivemos nenhuma rubrica que fosse suscetível de uma intervenção de auditoria mais aprofundada e mais complexa do que aquela que efetuámos para obtermos a evidência que nos permitiu a formação da opinião que explanámos aqui nos nossos relatórios. -----

Eu não sei se respondi a tudo, mas se não tiver respondido, estejam à vontade e façam-me as perguntas que sejam pertinentes, e em que achem que eu possa contribuir para melhorar a vossa

M.
L.
Pedro

compreensão sobre este documento, que é, de facto, um documento importante, porque é a prestação de contas, é o que se apurou no final de 2021. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, à segunda ronda de intervenções. -----

Terminadas as inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Sr. Dr. Peixinho, muito obrigado pela explicação, é sempre um gosto ouvi-lo falar sobre estas questões. Também tenho o gosto de ouvir o Sr. Presidente da Câmara, só que ele, na maior parte das vezes, não nos responde. Da sua parte, muito obrigado.- Falou – e corrija-me se eu não percebi bem – que as aquisições de bens e serviços foram menos do que o orçamentado, exatamente. E as transferências correntes, foram mais ou foram menos? Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Não é uma questão, é apenas um agradecimento ao Dr. Peixinho por nos ter elucidado.-----
Obrigado, mais uma vez. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Segue-se o Sr. Deputado Diogo Oliveira.-

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, verifica-se, através da análise da definição da materialidade por parte da Fernando Peixinho & José Lima – SROC, Lda., que a materialidade de execução para as rubricas de maior expressão, sendo identificadas pela SROC as rubricas ??? fornecedores, devedores e credores, foi de cerca de 85% da materialidade. Com que base é que isto foi definido se, por norma, a materialidade de execução é de cerca de 75% da materialidade? -----

Caso não saiba, Sr. Presidente, quanto maior for a materialidade, mais propensos a aceitar erros estamos, e isso aumenta o risco da auditoria – ou seja, aumenta o risco da emissão de uma opinião errada sobre as demonstrações financeiras. Não sei se tem conhecimento, mas a materialidade é o conceito base em auditoria financeira. E ao definir a estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. Se nas circunstâncias específicas da entidade existirem uma ou mais classes particulares de transações, saldos de contas ou divulgações relativamente às quais se possa pensar que as distorções de quantias inferiores à materialidade para as demonstrações financeiras, muito irão influenciar as decisões económicas de utentes, tomadas com base nas

14.
Pedro
M-

demonstrações financeiras, o auditor deve também determinar o nível ou níveis de materialidade a aplicar nesses casos particulares de transações, saldos de contas ou divulgações, tendo em conta esta informação presente na ISA, ou norma internacional de auditoria 320. -----

Questiono o por quê de se utilizarem níveis de materialidade de execução diferentes. Tendo em conta as situações que fui relatando na intervenção anterior, assim como depois de analisar a base com que foi feita a auditoria financeira, deixa-me sérias dúvidas sobre o conforto da auditoria, que tenham com o nível de materialidade definido e o nível de evidência obtida, para certificar as demonstrações financeiras. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia. Bom dia, Dr. Peixinho, obrigado pela sua presença. -----

De facto, este é um documento muito complexo, e é um pouco difícil, para quem não é da área, interpretar todas estas rubricas e estes números. Contudo, eu queria felicitar o Executivo pela boa gestão desta autarquia, pela boa prestação de contas que tem levado a cabo. -----

Relativamente à última reunião de Câmara, de dia 22 de abril, eu não sei se estrategicamente, por parte do Sr. Vereador Adriano Menino, faltou, ou por questões pessoais, ou até mesmo de saúde, mas o Sr. Vereador Hélder Ferreira esteve presente, absteve-se na votação, mas tiveram acesso à documentação. Por isso, os dois dias, a não ser que não haja reuniões da parte da Vereação com os deputados da mesma Bancada. -----

E para terminar, de facto, Sr. Deputado Luís Lopes, Deus queira que o Sr. Presidente lhe consiga explicar os 31.000.000€, para vermos a apoiá-lo noutros voos, com certeza. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado a todos pelas questões. -----

E iniciar por esta última intervenção, o Sr. Vereador esteve doente, e, portanto, não foi à reunião, como foi comunicado. -----

Comunicar também que o Sr. Vice-presidente não está presente – eu esqueci-me, há pouco – porque está numa reunião do Conselho de Educação na CIMDouro. -----

Dizer-vos o seguinte: quando o Sr. Deputado Luís Lopes pergunta sobre a diminuição das despesas correntes e de capital, Sr. Deputado, é provável que o senhor não saiba, mas em 2013,

1h
A.
Pedro



nas transferências que eram feitas para a Câmara, nós tínhamos 25% que eram logo cortados.-
Portanto, ou cortávamos, ou mantínhamo-nos a fazer de conta. E por isso é que estivemos num saneamento financeiro, em que tivemos que resolver. -----

Mas, Sr. Deputado, no quarto trimestre de 2013 aparecia isto nas fichas da DGAL, endividamento em excesso, prazo superior a noventa dias – eu depois dou-lhe, se quiser; se já viu, então ainda é pior a intervenção que fez – e está em situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Era o que aparecia. -----

E, portanto, é muito fácil, quando se apanha uma Câmara onde está um plano de saneamento financeiro indicado como necessário para resolver 9.000.000€, e termos 23.000.000€ de dívida. E tivemos que o acomodar, nomeadamente com os acordos de regularização de dívida com a Associação de Municípios do Douro Superior, porque tínhamos esse montante de quase 800.000€ em dívida, mais de 800.000€ de dívida à Águas do Norte, mais a dívida às empresas de transporte, que queriam finalizar o seu acordo porque já não faziam os transportes escolares – ou seja, tínhamos essas dívidas todas. E por isso, são os 23.000.000€. E todos os fornecedores que estavam em atraso – porque ao contrário dos trinta dias atuais, apareciam aqui mais de trezentos dias. -----

E como fiz questão de justificar as faltas, quer na reunião de Câmara, do Sr. Vereador, quer aqui, do Sr. Vice-presidente, Sr. Dr. Fernando Peixinho, eu quero pedir-lhe desculpa, em meu nome pessoal, e penso que da grande maioria dos deputados da Assembleia Municipal, por esta pseudo lição que alguém lhe deu, a alguém que anda aqui há muitos anos a fazer audições, a ser revisor oficial de contas, e a fazer auditorias há muitos e muitos anos, com capacidade, que alguns que vêm aqui para o palanque a pensar que são estrelas nunca hão de conseguir. E é com pena que sinto que o Concelho de Torre de Moncorvo e um órgão autárquico venha dizer alguma coisa a alguém que tem uma vida plena de independência sobre os organismos públicos. E por isso, eu peço-lhe desculpa aqui, em nome do Concelho de Torre de Moncorvo e da Câmara Municipal, e penso que também da Assembleia Municipal, na sua grande maioria. -----

Mas, de quem vem, não é necessário grandes justificações, porque ouvimos o revisor oficial de contas dizer que estamos numa situação de escassez de materiais, aumentos dos preços, e a não entrega de materiais faz com que as obras sejam prorrogadas nos seus contratos, mas dentro da legalidade que a entidade gestora para o norte dá para os Municípios. E se o Sr. Deputado tivesse os horizontes um bocadinho mais largos do que aqueles que tem, percebia que todos os Municípios estão com estes problemas de concursos que ficam desertos, de rescisões. -----

E quanto a Mós – o senhor até diz que pertence a Mós – tem duas filas atrás o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que lhe pode esclarecer e dizer o que é que se passa com o Miradouro de Mós. Faça o seu trabalho de casa, e não venha aqui fazer de estrela para este palanque. -----

E, portanto, quando fala do Miradouro de Mós, ou do matadouro, ou das escolas, eu não reconheci nenhum mal-estar nas escolas e na população estudantil; querem é que a obra esteja pronta, para terem condições, muito melhores do que aquelas que eu tive, e que muitos de nós que estivemos lá a estudar tivemos. Provavelmente o Sr. Deputado não sabe como era a escola, porque não a conhece, não a conheceu, não vivenciou. Esse é o seu problema. E quando fala dessas coisas, devia ter alguma noção material daquilo que diz, e como diz, e para quem diz.--- Para quem quer atingir altos voos, dou-lhe esse conselho, se o quiser. -----

Bom, coisas mais importantes, que têm a ver com a pergunta do Sr. Deputado, que falou sobre os valores transitados. De 2020 para 2021, em 2020 eram menos 700.000€, e em 2021 temos um resultado positivo de valores transitados de 598.385€ - quase 600.000€. Isto é 1.500.000€. Eu sei que o Sr. Deputado fez a pergunta sobre 2013. Em 2013, tínhamos um número reduzido, negativo, de 2.705.789,58€. Portanto, são estes os números e as evidências com que nos confrontamos. -----

O relatório, nós sabemos que é denso, mas foi entregue aos Srs. Vereadores que vos representam na Câmara Municipal no dia 20 de abril; hoje estamos a 29 de abril. Portanto, foram nove dias. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Faça favor. -----

-----**Dr. Fernando Peixinho (Revisor Oficial de Contas):** Bom, é a primeira vez que sou confrontado com esta questão, mas terei todo o gosto em responder ao Sr. Deputado. Eu peço desculpa se algum dos Srs. Deputados não entender o que eu disser, mas eu vou tentar ser, como se costuma dizer aqui na nossa terra, o mais terra a terra possível. -----

A materialidade é um aspeto central em qualquer trabalho de auditoria. Ou seja, há distorções, nós não temos que saber se uma conta está certa ao cêntimo, porque isso não é relevante para quem faz a análise das contas. E portanto, nós definimos a materialidade. A materialidade é o eixo central de todo o trabalho de auditoria. E temos uma materialidade global, que é aquela que pode globalmente afetar as demonstrações financeiras, que são compostas basicamente pelo balanço, pela demonstração de resultados e pelo anexo ao balanço e à demonstração de resultados, e depois também compreendendo a demonstração das alterações nos fundos próprios, e da demonstração dos ????. -----

E para além dessa materialidade global, temos uma materialidade de execução; para as rubricas de maior expressão nós definimos um valor. E como é que definimos esse valor? Nós fazemos um levantamento exaustivo do sistema de controlo interno da Câmara, ou seja, vamos ver como é que são processados os salários, e se o processamento de salários é bem feito, nós

M. J. Pedro



determinamos um risco de controlo médio / baixo; se o processamento de salários é mal feito ou contém erros, nós determinamos um risco de controlo médio / alto. Ora, se determinamos um risco de controlo médio / alto, nós descemos ao valor da materialidade. Quer isto dizer o quê? Que vamos ter que fazer mais testes, porque ficam dentro da amostra abrangidos mais elementos. Se definimos uma materialidade média / baixa, vamos fazer menos testes. Por quê? Porque o valor que cabe dentro da amostra, ou os elementos que cabem dentro da amostra são menores. -----

Mas, temos algumas rubricas onde a materialidade é zero, ou seja, vemos tudo. É o caso dos ativos fixos, é o caso dos empréstimos, é o caso dos depósitos, é o caso do caixa, em que nós vemos qualquer erro que haja ao cêntimo, coisa que é muito rara de se fazer. -----

E, portanto, sobre esta questão da materialidade, se há coisa em que aqui o risco da auditoria é claramente assumido como superior àquele que é, para que a materialidade seja mais baixa do que aquela que nós, por uma questão de facilitar o nosso trabalho, podíamos defini-la como mais alta, é nesta auditoria. -----

E, portanto, o Sr. Deputado desculpar-me-á, mas o Sr. Presidente disse, eu sou revisor de contas há vinte e cinco ou vinte e seis anos, sou professor de auditoria ao mesmo tempo – vinte e cinco, vinte e seis, vinte e sete, vinte e oito anos – e, portanto, não vejo que aqui possa haver qualquer coisa que possa ser minimamente beliscada, a não ser por falta de seriedade intelectual. E isso custa-me a aceitar, porque, de facto, isto foi mesmo feito, e feito com rigor profissional, sem que eu ache que pudesse ser alguém a fazê-lo com mais rigor profissional. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Dr. Fernando Peixinho. -----
Então, iríamos passar à votação do Ponto n.º 2. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) no n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, **apreciou e deliberou por maioria**, com 20 votos a favor e 8 votos contra (dos deputados José Aires, Diana Cabeleira, Fausto Tiago, Diogo Oliveira, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes, António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes) **votar a “Prestação de Contas do ano de 2021”**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, faça favor. -----

14.
Pedro
M.

-----**A Deputado Sílvia Santos:** Da parte da Bancada do Partido Socialista, uma declaração de voto. -----

-----**Declaração de Voto**-----

Dadas as manifestas incorreções e incongruências detetadas na análise da prestação de contas de 2021, submetida por parte da Câmara Municipal a esta Assembleia, e os insuficientes esclarecimentos prestados, face à intransigência demonstrada pelos seus proponentes no adiamento da submissão do documento a votação, insistindo na mesma antes das necessárias correções, e deixando dúvidas sobre a solidez legal do documento, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio, e pelos motivos acima referidos, justificar o voto contra neste ponto. Obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. -----

PONTO 3 — DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 1 E ALTERAÇÃO À ESTRUTURA NUCLEAR DO MUNICÍPIO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **Luís Miguel Lopes (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, por favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia: -----

Este Ponto n.º 3, como sabem, é um ponto que se traz sempre à Assembleia de abril, que tem a ver com a incorporação dos saldos. Por isso, é uma alteração orçamental modificativa para incorporação dos saldos que transitaram do ano anterior para este ano, que podem ver aí, são cerca de 39.586,89€ positivos, que têm de transitar para este ano. -----

Por que é que se colocou também a descentralização de competências? Por uma razão simples: porque nós tínhamos apenas duas unidades orgânicas – ou seja, por onde saíam os pagamentos – que era a denominada SO, porque era para o pessoal da Câmara, e a AM, que eram as despesas com a Assembleia Municipal, nomeadamente o pagamento das senhas. Este ano – e por isso levámos a reunião de Câmara, por despacho do Presidente, e agora trazemos aqui – tivemos que criar, e que vos vai aparecer já nas próximas prestações de contas e nos próximos

modelos, que será uma coisa que é AE – Agrupamento de Escolas, porque este ano e este mês já fizemos nós o pagamento dos salários ao pessoal não docente das escolas. -----
Como é óbvio, os nossos índices contabilísticos não tinham isso, porque não tínhamos essa competência. Tivemos agora que o consolidar, e é por isso que já aparecem aí nas transferências, quer pela administração, quer pelos nossos pagamentos para as escolas. Ou seja, este ponto tem essas duas alterações, que têm a ver com a criação de uma unidade orgânica, com o nome “AE”, e com a incorporação do saldo que transitou de 31 de dezembro para 1 de janeiro, no valor de cerca de 40.000€ - 39.586€. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Está aberta a primeira ronda de inscrições para as intervenções. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----
Sr. Presidente da Câmara, foi com perplexidade que vi agendados três assuntos no mesmo ponto, que são distintos entre si, de forma a forçar uma aprovação, sem análise ou contestação. Se a descentralização de competências na área da educação é uma realidade imposta ao Município que obriga a uma revisão orçamental – ou como é agora designada, alteração orçamental modificativa – nada justifica ou obriga a uma alteração à estrutura nuclear do Município, muito menos nos propósitos referidos na justificação que aqui nos apresenta. Esta tentativa de passar um assunto tão sensível e importante na orgânica do Município desta forma, entre os pingos da chuva, demonstra bem o que tem sido o *modus operandi* deste Executivo Municipal nos últimos oito anos. -----

Se é verdade que começa por afirmar que é a transferência de competências na área da educação que obriga à criação de novas unidades orgânicas flexíveis, para no parágrafo a seguir afirmar que essa justificação se deve ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, e cito, “*cuja execução ocorrerá até 2026, com a implementação de um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor um crescimento económico sustentado, após a pandemia, exigem dos serviços municipais uma resposta célere e coordenada, pelo que se entende necessário prever, ao nível da estrutura nuclear, a possibilidade de criação de novas unidades orgânicas flexíveis para dar resposta às candidaturas que serão abertas no âmbito do PRR, bem como no âmbito do novo quadro comunitário de apoio.*” -----

Em que ficamos, Sr. Presidente? Como justifica V. Exa. só alterar o art.º 7.º da estrutura nuclear, e não alterar o regulamento de organização dos serviços municipais em vigor? -----

Do mesmo modo, é com estranheza que não vemos agendada a alteração ao Mapa de Pessoal. Quais os reais motivos de camuflar neste ponto esta alteração? A quem se destinam as vagas,

14.
Edna
M.

e qual, ou quais as áreas ou divisões onde serão adstritas as duas novas unidades orgânicas que se propõe criar? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-
Prescinde? Então, o Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito rapidamente, e como é um ponto em que também estamos a falar de números, Sr. Presidente Nuno Gonçalves, conheço-o tão bem politicamente que eu sabia que o senhor iria falar do passado – o passado, o passado, o passado. Disse o Sr. Presidente, em outubro de 2013, a um jornal regional: *“Depois de validados os valores, este Executivo não vai mais dizer que se deve, ou que a culpa é do anterior.”* Eu tinha aqui um texto para falar, e mais questões para colocar ao Sr. Presidente, mas em 2013, o Sr. Presidente disse isto. Estamos em 2021, está a dar o dito por não dito. -----

Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado Luís Lopes, ainda bem que me conhece bem, sabe que a resposta seria que não lhe vou responder neste ponto a uma coisa que não tem nada a ver com este ponto. Também o aconselho, fica mais barato uma bússola para os dois, e repartem, que assim é melhor. -----

Sr. Deputado José Aires, duas situações completamente distintas, e acho que agora, aqui, não foi mesmo politicamente que o veio afirmar, foi mesmo por confusão – aqui, acredito mesmo. ---
Por quê da estrutura flexível do art.º 7.º? Porque tivemos que incorporar da escola um coordenador técnico e um encarregado geral, que não tínhamos no nosso organograma. Ou seja, o coordenador técnico teve que entrar, para lhe pagarmos, e entra exatamente nessa orgânica, que não é orgânica estrutural; vamos lá ver, é uma orgânica só orçamental. O que lhe aparecia nestas folhas, que é só “SO” ou “AM”, agora há de ter uma que é “AE”. Quando eu digo “criação de uma unidade orgânica”, é orçamental, para termos aqui, para pagamento dos salários. Isso é uma. -----

Depois, no art.º 7.º, o coordenador técnico da escola, temos que o colocar lá, nós temos de lhe pagar, ao coordenador técnico. -----

Depois, temos a criação, que virá na próxima reunião, aí sim, orgânica, em que temos que criar uma secção – chamemos-lhe assim. Não mexemos em divisões, nem em nada disso. Temos que criar uma para que saia dali diretamente de uma das nossas divisões. Agora, para

1h
A.A.
Pedro



pagamento é que temos que pagar às senhoras, com o vínculo que têm. É só isso, por isso é que está aqui o art.º 7.º, só naqueles pontos em que não tínhamos lá nada, só isto. O resto é unidade orgânica – eu não sei se lhe podemos dar outro nome, para não criarmos esta confusão – unidade orgânica orçamental, com um nome com duas letras, “AE”, que é de Agrupamento de Escolas, tal como já estava “AM” e “SO”. -----

Basicamente é isto que aqui se traz, mais nada. E por isso, teve de ser feito antes da reunião de Câmara, por despacho, para conseguirmos pagar, e depois vir a ratificação à reunião de Câmara, e aqui à Assembleia Municipal. Só foi para pagarmos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente do Município, da sua explicação eu fiquei ainda mais confuso. Diz que, efetivamente, vai existir uma nova rubrica e uma nova dotação orçamental para receber as verbas e poderem ser feitos os pagamentos aos funcionários que transitam da área da educação. Ao nível da estrutura nuclear do Município, a criação de duas unidades orgânicas implica sempre a alteração do Mapa de Pessoal, do regulamento da orgânica, e do próprio organograma. E aí, continuo sem perceber por que é que esta rubrica vem neste ponto, eu acho que até devia ser votado separadamente – é o meu entendimento. -----

E por esta situação me levantar dúvidas também, ao nível da orgânica e da legalidade, serei forçado a votar contra, se submeter a votação desta forma. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, eu não esperava que votasse de outra forma, seria para mim uma desagradável surpresa. Portanto, manter-se-á para votação, com o que se lhe explicou, e que na próxima reunião virá o que tiver que vir, da competência da Assembleia Municipal. -----

Agora, nem nós, nem a Câmara Municipal, nem o Executivo, poderão ficar dependentes de alguma coisa que já está a ocorrer, e a qual já pagámos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Passaríamos, então, à votação do Ponto n.º 3. -----

14.
Pedro
M.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo e da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado, em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugadas com as disposições contidas nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação em vigor, deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor, 6 votos contra (dos deputados José Aires, Diana Cabeleira, Diogo Oliveira, Sílvia Santos, António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes) e 1 abstenção (do deputado Fausto Tiago) **ratificar a “Alteração Orçamental Modificativa n.º 1 e Alteração à Estrutura Nuclear do Município”** que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

-----Estava ausente da reunião no momento da votação o deputado Luís Miguel Lopes. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **Diogo Oliveira** (PS), **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS) e **António Júlio Andrade** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor de introduzir o ponto. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. Trata-se aqui de uma candidatura que vai ser levada a cabo pela Comunidade Intermunicipal do Douro, sendo que o chefe de fila será Peso da Régua. A candidatura para a Capital Europeia do Vinho tem a ver com duas candidaturas que se formaram aqui, e que são as mais fortes – há o Algarve, tendo como chefe de fila Lagoa, e a Comunidade Intermunicipal do Douro, com o chefe de fila, como disse, Peso da Régua. -----

A Câmara Municipal de Torre de Moncorvo não fazia parte desta associação, vamos subscrever a candidatura já, e por outro lado, estamos aqui a pedir autorização, e também a solicitar a autorização da Assembleia Municipal para podermos também fazer parte desta Associação de Municípios Portugueses do Vinho. -----

A quota anual é de 1.000€, e penso que para os produtores do concelho e para a visibilidade dos vinhos do concelho será importante aderir e estar já presente também nesta candidatura à Capital Europeia do Vinho, associando-nos aos demais Municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro. -----

M.
M.
Pedro

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente do Município, aqui está mais um caso em que o desleixo é retumbante. V. Exa. remete a este órgão um pedido de adesão à Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, sem referir quais os encargos para o Município que resultam dessa adesão. Pergunto-lhe quais os custos para o Orçamento Municipal resultantes da adesão agora proposta? -----

Mas, pior é não se perceber nem serem claros os objetivos desta associação, e qual o trabalho desenvolvido pela AMPV nos seus quase quinze anos de vida. Sabemos que anseiam pela sua presença no jantar de aniversário e no lanche de partilha amanhã, dia 30 de abril, no Município de Pinhel, e já se encontra marcado um segundo encontro para o dia 10 de junho, na Feira Nacional da Agricultura, que embora não seja referido, se realiza em Santarém, para que possam trocar galhardetes e participar na entrega dos prémios de prestígio. -----

Consultando o *site* www.ampv.pt, descobrimos que esta associação publicou um total de quatro boletins em quinze anos de existência – foram eles o Boletim AMP Vinho n.º 1, de 1 de junho de 2015, o Boletim AMP Vinho n.º 2, de dezembro de 2015, o Boletim AMP Vinho n.º 3, de junho de 2016, e ainda o Boletim AMP Vinho n.º 4, em janeiro de 2017. E espantem-se, Sras. e Srs. Deputados, isto tudo em apenas quinze anos. É caso para dizer, muita parra e pouca uva. -----
Descobrimos ainda, no separador “Projetos”, uma rede de museus portugueses do vinho e referência à Rede das Aldeias Vinhateiras de Portugal, tão genérica que não consta a referência a uma aldeia que seja. -----

Mas, nem tudo é mau. Ficamos a saber que, em 2021, realizou o Concurso “Cidades do Vinho”, e que em 2022 se preparam para realizar a 2.ª Edição. Ao mesmo tempo que somos informados da edição da Gala da Rainha das Vindimas, que esta associação promoveu em 2016, na cidade de Lagoa. Pena que não tenham publicado o resultado e que passados seis anos continuemos sem saber quem foi a vencedora. -----

Já no separador “Feiras e eventos”, é-nos dado a conhecer uma lista de algumas festas, feiras ou festivais que se realizam em Portugal. Pergunto, sinceramente, qual foi a análise estratégica feita pelo Executivo Municipal que leva V. Exa. a decidir aderir a esta associação. Não me diga que consultou o mesmo painel de experts que se debruçou sobre a geminação e que, no somatório, o que nos apresenta hoje, aqui e agora, é apenas uma forma de juntar comes e bebes às já famosas escapadinhas românticas e excursões seniores? Será que desta vez o perímetro abdominal também vai ser critério de seleção para a participação em futuros eventos da AMPV?

Tem a palavra o Sr. Presidente. -----

16
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, para falar da Associação de Municípios Portugueses do Vinho. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Portugal é um país do mundo que mais área agrícola reserva à viticultura, 8% da nossa área agrícola está para a cultura da vinha. Além disso, em qualquer zona do país, mesmo na Serra da Estrela, é possível fazer vinho. Somos, portanto, dos países do mundo em que o vinho é mais importante, tanto na cultura, como na economia. -----

Congratulamo-nos porque o Município irá aderir a uma associação que promove este produto e o território, porque produziu este mesmo produto. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de mais, só um esclarecimento, que questionar alguém não significa que duvide da seriedade sobre um determinado documento; apenas pretendo alguns esclarecimentos e pretendo perceber as interpretações que foram feitas. E é para isto que também fui eleito. -----

Através da consulta do *site* oficial da Associação de Municípios do Vinho podemos alcançar que esta mesma associação foi criada no ano de 2007, e apresenta-se como porta-voz de todos os Municípios com vincada tradição vitivinícola. Trata-se de uma associação que tem como objetivo estratégico a valorização do potencial endógeno dos territórios cuja economia, cultura e identidade histórica estão fortemente associadas ao vinho. -----

À primeira vista, um discurso cativante, bonito e repleto de flores. No entanto, Sr. Presidente, na vida não existem só flores, também existem espinhos. E por mais romântica que pareça a comunhão entre o Município de Torre de Moncorvo e a Associação de Municípios Portugueses do Vinho, poderão também existir contrapartidas. -----

Em primeiro lugar, no mesmo site não existem quaisquer contas publicadas. Haverá alguma razão para isto acontecer? -----

Adicionalmente, anexo ao convite de adesão não vem adicionada qualquer participação. É caso para colocar as seguintes perguntas: Sr. Presidente, que despesa gera? Só a quota anual de 1.000€, como referiu? -----

Conforme consta no art.º 5.º, n.º 1, alínea b) dos estatutos da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, constitui dever dos membros desta associação o pagamento de uma joia de inscrição no valor de 500€. A entrada para esta Associação de Municípios Portugueses do Vinho não requer o pagamento desta joia de entrada? -----

Como vem referido no art.º 5.º, n.º 1, alínea c), constitui dever dos membros da Associação o pagamento de uma quota anual, que será determinada na Assembleia Intermunicipal da Associação. Sr. Presidente, existe alguma estimativa deste valor? São mesmo só os 1.000€ anuais, conforme referiu? Onde é que isto está escrito? É caso para perguntar, Sr. Presidente: efetuou cálculo ou tem alguma estimativa? Solicitou alguma base para que a Assembleia Municipal consiga ter elementos para analisar os custos que o Município teria de suportar, ou estamos em presença de mais uma daquelas decisões tomadas de ânimo leve, sem se fazer uma análise do custo / benefício? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** *(Interrupção da gravação)* ... também mais longe. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Vai haver situações em que nunca estaremos de acordo, como é óbvio, e não vale a pena discutir se num recipiente temos doze peças, ou se elas são de uma forma ou de outra; se são doze, são doze. Eu, como nunca tive muita habilidade para o futebol, também não gosto de dar chutos no ar, outros dão, e às vezes até foram bem remunerados por isso. Eu não, eu nunca tive esse problema. -----

Portanto, quando levei isto a reunião de Câmara, tive o cuidado de dizer – e estão os dois presentes, tendo aqui um vitivinicultor e temos uma pessoa ligada à agricultura, e, portanto, eu trago isto em solidariedade para com o Município de Peso da Régua e com todos aqueles que têm como uma grande atividade – se não a principal, provavelmente uma das principais – a vinicultura. -----

E por isso, eu penso que devemos estar com os Municípios da CIMDouro, penso que devemos estar a apoiar esta candidatura que se faz em conjunto – não por cidade, mas em conjunto da CIMDouro – e estando nós no Douro Vinhateiro, penso que seria um erro não os apoiarmos. ---

Eu próprio trouxe aqui o valor, que eram os 1.000€ anuais, não é por isso que vamos ficar mais ricos ou mais pobres, como sabem, e espero que os nossos produtores possam estar presentes com os seus produtos, porque é para isso que nós trabalhamos, para dar visibilidade aos nossos produtores, como já fazemos na Essência do Vinho, onde são sempre convidados, e os nossos produtos se têm revelado de uma forma muito satisfatória, ganhando medalhas e contribuindo para o bom nome do concelho. -----

14.
Pedro
P.A.

Sr. Deputado José Aires, quanto à gemação, nem a propósito; olhe, foi aprovada a candidatura com a gemação a Gournay-Sur-Marne pela Comissão Europeia, pela credibilidade que ela tem. Nem de propósito, acabou de ser feito isso, e já temos a chancela da União Europeia. Muito obrigado por me ter recordado de um ponto, que não era sobre isso, mas que teve essa oportunidade, e deu-me a possibilidade de dar a conhecer a todos os deputados. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Segunda ronda de intervenções. Faça favor, Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, a documentação que nos remete é omissa no fundamental, peca pela falta de informação e transparência, e uma vez mais manifesta a leviandade com que trata este órgão.--
Como pode pensar V. Exa. que nos pode continuar a passar um atestado de incompetência a todas e a todos os deputados municipais? -----

Como foi referido, verifico nos estatutos da AMPV que a mesma requer uma joia de inscrição de 500€, à qual deve ser somada uma anuidade no valor de 1.000€, e a isto temos de somar as ajudas de custo para participação nos eventos. Por que não veio este encargo referido no documento que aqui nos apresenta? E não deveria o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ter a mesma exigência no pedido de agendamento que tem demonstrado com outros deputados desta casa, quando o mesmo parte da Câmara Municipal? Para uns, uma exigência a roçar a perfeição, e para outros, uma displicência de bradar aos céus. -----

Mas, e as contas da associação, onde se encontram publicadas? Sendo que a AMPV tem quinze anos de existência e é constituída exclusivamente por Municípios portugueses, não deveria seguir as boas práticas da Administração Pública e publicar as contas, de forma a promover a transparência e a boa utilização do dinheiro dos contribuintes? -----

Não vemos razões para pertencer a uma associação que nada indica ser uma mais valia para os nossos produtores, e que demonstra manifesta falta de transparência. -----

Pelas razões anteriormente expostas, iremos votar contra neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** É só uma sugestão ao Município, que se por acaso votarmos a favor e o Município pertencer à associação, espero que, mais uma vez, e como este Executivo já o provou em inúmeras associações intermunicipais, que seja líder, que seja dinâmico, que

M.
M.
Cedus

faça com que a associação cresça, que faça com que o nome de Portugal e do vinho seja mais forte pelo mundo inteiro – ou seja, maior dinamismo. -----

E aproveito também aqui a sugestão do membro da Assembleia, José Aires, e ver se a associação, depois de nós estarmos lá dentro, começa a publicar as suas contas anuais, como devido. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, uma análise custo / benefício avalia os custos e os benefícios relativos a um projeto ou atividades desenvolvidas. Esta análise é utilizada com o objetivo de perceber a realidade do projeto ou atividade, e tem como objetivo ajudar ao processo de tomada de decisão.- De certa forma, este tipo de análise é comparado a uma análise de argumentos a favor ou contra. Sr. Presidente, como é que é possível ser tomada uma decisão desta índole sem termos informação suficiente para conseguirmos tomar uma posição face à mesma? Sr. Presidente, para este tema ser aqui exposto, em que é que o Município realmente beneficiaria? -----

Um investimento deve gerar receita, e de preferência superior ao custo incorrido – apesar de o custo, segundo o que o Sr. Presidente estava a dizer, ser muito baixo. Só assim podemos designar como um investimento benéfico para o Concelho de Torre de Moncorvo. Sr. Presidente, que tipo de receita vamos obter? E deixe-me clarificá-lo que receita não pode significar apenas receita monetária, ou melhor, não quer dizer que signifique receita monetária, mas de que forma beneficiaria o concelho com isto. -----

Permita-me só concluir, recordando aqui que na última Assembleia Municipal, o Sr. Deputado José Meneses, de forma a ter palco – e ele, sim, a ter palco – fez uma curta intervenção, assumindo que sendo eu da área de gestão – que não é, mas sim de economia – apenas falo de questões de direito. E afinal, Sr. Deputado, parece que a economia também faz parte das minhas intervenções, sendo certo que um economista, numa sociedade global, não se pode desassociar de qualquer outra área que afete negativamente os seus concidadãos. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Eu creio que os principais beneficiários deste tipo de associação são, efetivamente, os produtores, e não o Município. Portanto, são os produtores que vão ter vantagens. E também me parece que é vantajoso para o nosso Município, enquanto território, e os seus produtores,

14.
Pedro
M.

estarem associados ao Município da Lagoa, no Algarve, Palmela, na Península de Setúbal, Cadaval, em Lisboa, Mealhada, na Bairrada, Alenquer, em Lisboa, Peso da Régua, Beja, Pinhel, Tábua, Ponte de Lima, Lamego, Cartaxo, Viana do Castelo, Madalena do Pico, Porto Moniz – ou seja, criando aqui uma rede de contactos, através desta associação, onde se poderão promover os nossos produtos e dinamizar esta componente da economia agrícola do nosso concelho, que é tão relevante. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Faça favor, se se inscreveu, peço desculpa. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** É só para dizer o seguinte: eu habituei-me, quando adiro a qualquer sociedade, a qualquer associação, eu gosto de saber as linhas com que me coso, gosto de conhecer os estatutos. Eu não sei se, por acaso, nesta associação podem entrar todos os Municípios portugueses que produzem vinho; se podem, então é uma associação que nem aquece, nem arrefece, estou-me nas tintas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Mais uma vez, as minhas desculpas, mas nós, na Mesa, não nos apercebemos do seu pedido de intervenção. -----
Agora sim, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Não estamos a falar aqui de milhões, são 1.000€. Mas, de qualquer forma, podemos ter alguns milhares de retorno, porque a exposição que os nossos produtores podem ter nestas feiras e nestes concursos é por demais evidente. E eu comecei por dizer que a nossa iniciativa é apoiarmos e podermos fazer parte do consórcio da CIMDouro para que Peso da Régua possa ser, não só a Cidade Portuguesa dos Vinhos, mas a Cidade Europeia dos Vinhos. E acho que aqui a solidariedade de uma região, ainda por cima a região demarcada mais antiga do mundo, tem que ter esta disponibilidade de solidariedade. -----

E, portanto, o custo / benefício é, desde logo, o benefício de conseguirmos que os nossos produtores estejam presentes em certames além fronteiras, e também dentro de Portugal. Só isso já é um benefício, e um benefício grande, porque se os nossos produtores conseguirem vender mais, melhor irão escoar o seu produto. Aliás, o MoncorvoSoto é isso mesmo, uma realidade da quantidade de produtos que conseguimos dar a conhecer, onde se realizam as vendas. -----

M.
M.
Edna

Sr. Deputado José Aires, uma vez que está tão disponível, eu convido o Sr. Deputado a representar nisso que falou, das jantaradas, e estou certo que ainda terá sustentabilidade métrica para absorver esses jantares. Está convidado, mas está ainda com a sustentabilidade métrica suficiente para poder estar lá. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Passamos à votação do Ponto n.º 4. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos das Lei n.º 54/98, de 18 de agosto da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da Lei n.º 54/98, de 18 de Agosto, deliberou **por maioria**, com 21 votos a favor, 4 votos contra (*dos deputados José Aires, Diana Cabeleira, Diogo Oliveira e Fausto Tiago*) e 3 abstenções (*dos deputados Sílvia Santos, António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes*) **aderir à “Associação de Municípios Portugueses do Vinho”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

O meu sentido de voto foi a favor, porque vou dar o benefício da dúvida, depois da explicação dada pelo Sr. Presidente de Câmara. E por isso é que votei a favor, senão acompanharia, evidentemente, os meus colegas. Por mim, vou dar-lhe o benefício da dúvida. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 5 — BALANÇO SOCIAL DE 2021. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Vereadora, faça favor. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Bom dia a todos. -----
Nós apresentamos, como é habitual anualmente, o Balanço Social relativo aos trabalhadores da

16
Pedro
M.

Câmara Municipal e a sua repartição por sexo, por idades e por funções. É apenas para conhecimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há intervenções. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento do “**Balço Social 2021**”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – PMDFCI TORRE DE MONCORVO 2022-2031. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS) e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Vereadora, faça favor. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, houve necessidade da sua atualização. Relativamente a este assunto, eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados que a vigência do Plano Municipal foi alterada para dez anos, as cartas de perigosidade de incêndio foram alteradas, através do Gabinete Técnico Florestal, do Eng.º Duarte Soutinho. -----

E gostaria também de fazer aqui umas ressalvas relativamente a este assunto, nomeadamente, se me permitem – eu sei que o documento é grande, o primeiro volume diz respeito mais às questões relacionadas com questões teóricas – vamos dizer assim – mas, de qualquer forma, faz a avaliação de alguns elementos que eu gostaria de vos fornecer. -----

A área florestal do concelho são 22% da área total. As principais freguesias com área de floresta são Carviçais, Mós e Lousa. A área agrícola representa aproximadamente 29% da área do concelho, sendo Urros e Peredo dos Castelhanos e Moncorvo as que apresentam maior extensão de área. Os espaços florestais, que englobam floresta e ???, ocupam cerca de 66% da área total. Isto não é incoerente com o que disse inicialmente, em que a área florestal representa 22%. Os terrenos agrícolas constituem uma descontinuidade entre cobertos florestais, o que não oferece grande perigosidade, em virtude de as culturas do olival, da vinha e do amendoal funcionarem como zonas tampão para a ocorrência de incêndios. Já os cereais constituem um

M
M
Pedro

maior perigo na propagação de um incêndio, mas, felizmente, esse não é um problema neste momento. -----

Os povoamentos existentes são essencialmente de pinheiro bravo e sobreiros, representam cerca de 45%, no caso do pinheiro bravo, e 23% no caso do sobreiro. -----

Quanto a outras questões relacionadas com o Plano, o perímetro florestal da Serra do Reboredo apresenta-se como uma mancha importante, tem quatrocentos e oitenta hectares – não vale a pena estar a dizer que nós temos um projeto florestal no valor de 2.000.000€, aproximadamente, que já foi candidatado, através da plataforma do Portugal 2020, e que neste momento se encontra em análise. -----

Gostaria também de chamar a atenção – para não vos estar a maçar – que relativamente às questões de incêndios, que é aquilo para o qual o Plano Municipal existe, no período de 2008 a 2018 registaram-se, em média, oitenta e duas ocorrências por ano. A área ardida anual, em média, durante este período de tempo, foi de mil, quinhentos e vinte e quatro hectares. Este valor de área ardida corresponde a 2,87% da área total, e a 4,36% da área dos espaços florestais do concelho. -----

Tivemos três anos, durante este período de tempo, verdadeiramente catastróficos: um deles foi 2011, em que arderam quatro mil, duzentos e trinta e seis hectares; em 2012 arderam dois mil, cento e setenta e dois; e em 2017 arderam no concelho seis mil, setecentos e cinquenta e sete. Perante esta realidade, há a necessidade de pensar e reforçar as ações de sensibilização. Com o agravamento das alterações climáticas que estão a decorrer neste momento, as medidas de mitigação e as medidas de proteção têm de ser ajustadas. E por isso, eu peço a vossa sensibilidade, e o vosso conhecimento, e a vossa preocupação, para dedicarem um bocadinho de tempo à leitura do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Nós vamos ter ocorrências cada vez mais habituais ao longo do ano, motivadas por questões relacionadas com as alterações climáticas, e por isso temos que criar medidas de proteção, que têm que ser desenvolvidas não só nas sedes de concelho, não só nos equipamentos que vamos criando, nas aldeias, e também em medidas de proteção que nos permitam reservas de água e adaptação dos sistemas de saneamento e de jardins, para a qual o Município já fez uma candidatura, que está em análise, quer para a questão dos corredores verdes, quer para a questão de adaptação às alterações climáticas. -----

Eu peço que, relativamente a este assunto, haja um consenso a nível municipal, nomeadamente em órgãos, quer executivos, quer deliberativos, no sentido de arranjarmos mecanismos para as questões relacionadas com os incêndios, e sobretudo com medidas de prevenção contra incêndios. Isto é um plano, eu peço a vossa atenção, se podem dar uma vista de olhos, e qualquer coisa que pretendam alterar ou sugerir, ele vai, após esta reunião, entrar em discussão

16
Pedro
M.

pública durante quinze dias. Após esse período de tempo, de quinze dias, irá ser depois publicado. -----

Portanto, eu pedia a vossa atenção, para darem um bocadinho de atenção ao Plano, se tiverem sugestões, elas irão ser consideradas, mas após a sua publicação já é mais difícil a sua retificação. -----

E dizer também que o ICNF deu parecer favorável a este documento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. Sr. Deputado José Aires, faça favor. ---

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Na Informação n.º 574/2022, de 5 de abril de 2022, prestada pelo engenheiro florestal do Município, é claro como se processa o circuito decisório do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI). Tal como informa o Sr. engenheiro, nos termos do art.º 4.º do Anexo ao Despacho n.º 443-A/2018, do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, publicado em Diário da República, a tramitação é a seguinte, e passo a citar: *“Ponto n.º 5: Os PMDFCI incluem uma fase de consulta pública. Ponto n.º 6: A divulgação do aviso da consulta prévia é feita por edital e afixada nos locais de estilo e anúncio a publicar no Diário da República. Ponto n.º 7: A fase de consulta pública desenrola-se por prazo não inferior a quinze dias e é promovida pela entidade responsável pela elaboração do PMDFCI, devendo ser integradas no plano as observações pertinentes apresentadas, e ainda o ajustamento do período de planeamento, caso necessário. Ponto n.º 9: O relatório da consulta pública, bem como o plano, após incorporação dos contributos pela Câmara Municipal, devem ser enviados a todas as entidades com assento na Comissão Municipal de Defesa da Floresta, devendo ser submetido à Comissão Municipal de Defesa da Floresta para consolidação do plano. Ponto n.º 10: Os PMDFCI são aprovados pela Assembleia Municipal, por maioria simples, que deverá deliberar num prazo de quarenta e cinco dias, devendo o período de planeamento ser ajustado, se necessário, por forma a estar concentrado no período de vigência do plano.”* -----

Fui consultar o site do Município e o Diário da República, mas não consegui obter, quer o edital, quer a publicação do anúncio no Diário da República. A Câmara Municipal não realizou consulta pública. Fazendo letra morta da Legislação em vigor e da informação prestada pelo técnico florestal, a Câmara Municipal, em vez de ter promovido a consulta pública e passos seguintes, como lhe compete, ultrapassou as suas competências. Em vez disso, delibera aprovar o Plano e remetê-lo à Assembleia Municipal, único órgão municipal com competência para tal. Então, o Sr. Presidente, que anda sempre a puxar dos galões das competências, não lê e não estuda os assuntos agendados para a reunião de Câmara? Ainda para mais, o Sr. Presidente é apoiado

lh,
M.
Pedro



por um gabinete constituído por secretária, adjunto e Chefe de Gabinete; será justificável tal despesa se o resultado é este? -----

Até pensei que a Sra. Vereadora Piedade Meneses, com competência delegada, Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, não tinha estado presente na reunião de Câmara. Afinal, confirma-se a sua presença. Confesso que tive que verificar mais do que uma vez a certidão da minuta da ata. É inacreditável a irresponsabilidade da Sra. Vereadora, que devia ter informado e alertado os seus pares sobre a matéria em apreço e os procedimentos a adotar. E o Sr. Chefe de Divisão da DAF, Dr. Eduardo Dixó, que apoia as reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, também não estuda os assuntos? -----

E por último, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, coadjuvado por um Gabinete de Apoio, agenda tudo o que lhe põem à frente, desde que não seja a pedido do deputado José Aires. Tanta incompetência junta. -----

Termino, afirmando que este assunto está ferido na sua legalidade, não cumpre a Legislação em vigor, e não está em condições de ser apreciado e votado por esta Assembleia Municipal. Deve ser devolvido à Câmara Municipal para fazer o que lhe compete. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Um esclarecimento, se a Sra. Vereadora me puder acompanhar a nível de tempos, se aprovarmos hoje, quinze dias de consulta pública, e depois mais quarenta e cinco até ser implementado o Plano. Isso quer dizer que só no final de junho é que o Plano estará implementado. Será que ainda vamos a tempo para no ano de 2022 termos o Plano a funcionar? O objetivo do Plano é a proteção da floresta. Ou seja, será que este Plano já vai proteger a nossa floresta em 2022? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Vereadora, faça favor. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Ora bem, então vamos lá começar pelo princípio. -----

O documento que temos aqui para ser analisado foi primeiro posto à apresentação, ao comentário do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, estivemos à espera dessa decisão durante um bom tempo, e no seu ofício datado de março de 2022, com a referência explicitada aí nessa informação, o ICNF manifestou um parecer vinculativo positivo sobre o mesmo. Pronto, este é o primeiro ponto. -----

Assim, após isto, nós analisámos esse documento, esse documento até foi objeto de algumas alterações – alterações mais no sentido gráfico, de cartografia, de objetivar melhor a documentação que tinha sido entregue ao ICNF – e o documento deveria eventualmente ir para consulta pública. -----

Por que é que não foi? Não foi porque se optou por, segundo o Gabinete Jurídico – eu não sou jurista, nem tenho que ser; eu tenho é que acautelar os interesses do Município nas áreas que me são destinadas, e a mim, como a qualquer um de vós, o que me interessava era que o documento fosse o mais rapidamente possível levado aos respetivos órgãos, nomeadamente a reunião de Câmara e, posteriormente, à Assembleia Municipal. -----

Isto é, nós temos um documento que já tem parecer positivo do ICNF, teve parecer positivo em reunião de Câmara, e tem parecer positivo – espero eu – da respetiva Assembleia Municipal. --- Nesse sentido, ele irá ser posto a consulta pública com as inerentes alterações possíveis, se houver alguma alteração, porque o que nós temos visto em documentos equivalentes é que as consultas públicas ficam desertas, na maior parte dos casos. E nesse sentido, não quer dizer que ele não tenha que voltar cá, também lhe quero dizer que o Município tem a situação acautelada, porque o Plano Municipal anterior mantém-se em vigor, embora nós tenhamos todo o interesse em fazer isso, porque as cartas de perigosidade, nomeadamente nas áreas agrícolas, foram alteradas, para benefício dos munícipes. E nesse sentido, temos todo o interesse em que isso seja o mais depressa atualizado. -----

No entanto, este assunto diz respeito a procedimentos jurídicos, e não a procedimentos políticos.-----

Eu não sou jurista, eu sou política; má ou boa, mas sou política. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. Segunda ronda de intervenções. Não há intervenções. Passamos, então, à votação do Ponto n.º 6. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos n.º 10 do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, aprovado pelo Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, na sua redação em vigor, deliberou **por maioria**, com 25 votos a favor e 2 votos contra (*dos deputados José Aires e Diogo Oliveira*) **aprovar o “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI Torre de Moncorvo 2022-2031”**. -----

-----*Estava ausente da reunião no momento da votação o deputado Alexandre Martins.* -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

M.
M.
Pedro

PONTO 7 — MOÇÃO INTITULADA “CONTRA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL TRANSFORMADORA DE BAGAÇOS NA FREGUESIA DE CARVIÇAIS, CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO”, APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **Diogo Oliveira** (PS) e **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, antes de mais, uma vez que vamos entrar em pontos que são da exclusiva competência da Assembleia, a Câmara irá retirar-se. ----

-----**O Presidente de Mesa:** Certo, Sr. Presidente. -----

A moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, sobre a construção de uma unidade industrial transformadora de bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo. Não sei quem é que vai apresentar. -----

Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Passo a apresentar a moção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e ressaltar que foi subscrita por todos os seus membros. -----

-----**Moção**-----

“Contra a construção da unidade industrial transformadora de bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo” -----

“As notícias que têm vindo a público, quer na televisão, quer na imprensa escrita, sobre a construção de uma unidade industrial transformadora de bagaços na Freguesia de Carviçais são por demais preocupantes, tendo em conta o impacto ambiental que a instalação e laboração de uma fábrica desta envergadura terá no nosso concelho e na saúde pública dos seus municípios. Foi divulgado pelo Movimento de Cidadãos de Carviçais um pedido de licenciamento da entidade promotora – Casa Alta Sociedade Transformadora de Bagaços, para aprovação do projeto de arquitetura da referida fábrica, que deu entrada na Câmara Municipal de Torre de Moncorvo no dia 20/07/2021. -----

Tendo em conta as consequências nefastas que a implantação de uma unidade fabril desta envergadura terá na qualidade de vida da população, o Sr. Presidente da Câmara nunca deu conhecimento à Assembleia Municipal deste assunto. -----

Talvez tenha sido por essa razão que a última reunião da Assembleia Municipal do mandato 2017-2021 se realizou no dia 28 de junho de 2021. -----

No início do novo mandato 2021-2025, na reunião de 10 de dezembro de 2021, o Sr. Presidente da Câmara, no seu relatório escrito, só deu conhecimento a esta Assembleia Municipal das atividades festivas e afins levadas a cabo pela Câmara Municipal desde 11 de outubro de 2021, dia da tomada de posse dos novos órgãos municipais. -----

Desde 28 de junho até 11 de outubro de 2021, existiu um hiato de tempo em que não se passou nada no concelho, não houve atividade municipal. -----

E com eleições à porta, é por demais evidente que havia assuntos que não interessava abordar. - Pese embora as posições públicas tomadas pelo Sr. Presidente da Câmara durante a campanha eleitoral autárquica em setembro de 2021, que afirmou na Praça de Carviçais desconhecer a existência de qualquer projeto. -----

Mas, na reunião de Câmara de 22 de outubro de 2021, em resposta às questões colocadas pelo Vereador Adriano Menino, do Partido Socialista, o Sr. Presidente referiu que há cerca de dois anos houve o problema de terem repercutido sobre os olivicultores os custos da retirada do bagaço, tendo sido alcançado um acordo. -----

E continuou dizendo que no primeiro contacto que houve do promotor, não foi referida a instalação de qualquer fábrica, mas tão somente um local para recolha de azeitona dos lagares, que seria levada para o Alentejo, onde seria processada. -----

E que posteriormente foi entregue um projeto que, por não ser da exclusiva competência da Câmara Municipal – só o licenciamento urbanístico é que é – foi enviado para as entidades competentes (CCDR, Infraestruturas de Portugal, ICNF e APA), tendo sido emitido um parecer global negativo, tendo o Município notificado o promotor já em período eleitoral. -----

E concluiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo expondo a sua opinião: - afirmou que, quanto ao projeto como está agora, é desfavorável à sua concretização. -----

A divergência das posições da Junta de Freguesia de Carviçais, cujo Presidente admitiu publicamente ter estado pessoalmente com os representantes da empresa – Casa Alta Sociedade Transformadora de Bagaços, Lda. – e ajudado na aquisição dos terrenos que se destinam à construção da Unidade Industrial Transformadora de Bagaços. -----

E no dia 14 de janeiro de 2022, numa entrevista escrita à CMTV, o Presidente da Junta vem afirmar a sua posição: “Jamais esta Junta de Freguesia estará em concordância com algum tipo de projeto que seja de índole empresarial, fabril, turístico ou de outra qualquer área, que possa vir colocar em questão e risco a segurança e o bem-estar da população de Carviçais.” -----

A falta de transparência e os ziguezagues dos responsáveis autárquicos não auguram nada de bom. -----

A Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, reunida a 29 de abril de 2022, delibera o seguinte:

M.
M.
Edição



1. Recomendar à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo que exerça as competências que a Lei lhe confere: quando o pedido de licenciamento tiver por objeto a realização de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor o indeferimento pode ter lugar com os seguintes fundamentos: -----

- a) A operação urbanística afetar negativamente o património arqueológico, histórico, cultural ou paisagístico, natural ou edificado. (Regime jurídico da urbanização e edificação, Decreto-lei n.º 555/99, art.º 5.º e art.º 24.º, n.º 2, alínea a) e n.º 4). -----
- b) Quando a obra seja suscetível de manifestamente afetar a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens, designadamente em resultado da desconformidade da volumetria das edificações. (Regime jurídico da urbanização e edificação, Decreto-lei n.º 555/99, art.º 5.º e art.º 24.º, n.º 4). -----

2. Considerando que os fundamentos de indeferimento se aplicam a esta situação, a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo solicita à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo que seja firme no propósito de dar parecer negativo ao pedido de licenciamento / construção da Unidade Industrial Transformadora de Bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo. -----

Torre de Moncorvo, 29 de abril de 2022. -----

Desta moção deverá ser dado conhecimento aos membros do Executivo Municipal de Torre de Moncorvo, ao Primeiro Ministro, ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, a todas as Assembleias de Freguesia do Concelho de Torre de Moncorvo, aos Grupos com assento parlamentar na Assembleia da República, às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Alfândega da Fé, e aos órgãos da comunicação social.-

Os proponentes, -----

Os deputados municipais eleitos do Partido Socialista (PS), na Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo.” -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as intervenções. Francisco Braz, faça favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Sr. Presidente da Mesa, restante Mesa, Vereadores da Oposição, deputados, colegas Presidentes de Junta, público, funcionários, boa tarde a todos.---
A minha intervenção, evidentemente tratando-se de um assunto da Freguesia de Carviçais, tenho que aqui vir ao palco. Tem que ser. -----

A minha intervenção é simplesmente para frisar que não poderei votar a favor de uma moção

que, no seu conteúdo, apresenta irrealidades a meu respeito, incluindo-se frases que não são minhas, nem ditas por mim. E digo-o com muita pena, pois, no fundo, embora ache que mal redigida e apresentada fora de tempo, trata-se de mais um complemento de forcing contra a implantação da fábrica em Carviçais, da qual nós, Junta de Freguesia, somos de todo contra – aliás, como ficou bem patente na minha intervenção anterior, na Assembleia Municipal de 18 de fevereiro, onde manifestei publicamente a nossa posição, completamente reportada neste momento na respetiva ata, recentemente aprovada. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias, se faz favor. Há três intervenções da coligação e há uma do Partido Socialista. Num determinado momento terá que haver duas intervenções seguidas da coligação – poderá ser agora, ou poderá ser depois. -

-----**O Deputado Luís Dias:** Como membro do CDS-PP de Moncorvo, que não tomámos nenhuma posição pública, mantive-me calado na última Assembleia porque sempre pensei que, tecnicamente, esta obra não iria acontecer. Mais a mais, na última Assembleia, do dia 18, houve a tomada de posição por parte do PSD, houve a tomada de posição por parte do Executivo, a tomada de posição por parte da Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. Fernando Braz, e como vemos nesta moção, também o PS acompanha esta posição sobre a construção da fábrica naquela localização. -----

Por isso, no fundo, é unânime a intenção desta Assembleia de ser contra a construção da referida fábrica. -----

Mesmo assim, não poderá haver uma unanimidade porque a moção é política, puramente política. Por exemplo, diz que o Presidente não tinha conhecimento – que durante a campanha disse, em Carviçais, na Praça, que não tinha conhecimento. Acredito que tenha dito isso, por acaso não estive em Carviçais para o ouvir nesse dia, não pude, mas também acredito que é possível, já que a avaliação de impacto urbanístico e paisagístico é uma questão técnica, que não tenha chegado naquele momento ao Presidente, que tenha estado nos gabinetes técnicos onde estes casos se deviam resolver. É impensável como é que não há um organismo público, com decisão vinculativa, que não determina esta questão, com a não construção, naquele local, daquela fábrica. -----

Sendo assim, vou também dizer ao Sr. Presidente que a tentativa, numa démarche aqui da coligação, de tentarmos unir o texto numa moção conjunta, já que todos partilhamos a intenção, não foi possível, o Grupo Parlamentar do Grupo Socialista não quis mudar uma vírgula. Tenho até a dizer que o outro texto da moção era a moção do Partido Socialista sem a parte política, de que deveríamos ter ouvido, que já deveria ter vindo à Assembleia, toda essa parte que, no

lh.
M
Pedro



fundo, não tem suporte técnico – o suporte técnico tem uma parte da moção, onde, no fundo, a Assembleia tentaria ajudar o Executivo a recusar aquela construção. E aí, se fosse só esse o texto, de certeza que haveria uma unanimidade nesta Assembleia. -----

Sendo assim, é praticamente impossível, porque estão a pôr em causa competências de Presidentes de Junta e de Câmaras Municipais, numa questão que não é fraturante, pelo contrário, é unânime, toda a gente está de acordo. -----

É só essa a observação que tenho a fazer. -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de mais, só para clarificar uma coisa, em resposta só ao Sr. Deputado Bernardo, que quando eu falei em Município, há pouco, na minha intervenção, estava a referir-me ao Município como um todo, e não propriamente só à Câmara. E deturpar factos não lhe fica bem, nem a si, nem ao Sr. Presidente – que agora não se encontra aqui presente. -----

Relativamente à questão da auditoria efetuada às contas... -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, vamos à moção, se não se importa. Se vamos andar sempre aqui a falar dos assuntos anteriores, nunca mais saímos daqui. Por isso é que há uma ordem de trabalhos e um período da ordem do dia. Peço desculpa, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Conforme vem referido na moção, as notícias vindas a público sobre a construção e laboração no nosso concelho de uma unidade industrial transformadora de bagaços geram inevitáveis preocupações devido ao impacto ambiental e na saúde dos munícipes. Convém elencar que a última reunião da Assembleia Municipal do mandato de 2017-2021 se realizou no dia 28 de junho de 2021, quando o pedido de licenciamento da entidade promotora deu entrada na Câmara no dia 20 de julho de 2021, ocorrência essa que me faz colocar uma questão ao Presidente desta Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal – apesar de não estar aqui presente – que é a seguinte: Srs. Presidentes, julgamos ambos democratas, transparentes e a voz da população que vos elegeu, respondam a esta Assembleia: acham que o incumprimento desta ocorrência é digno do respeito devido para com a população do concelho? -----

Srs. Presidentes, julgamos ambos democratas, transparentes e a voz da população que vos elegeu, respondam a uma outra pergunta: acham que podemos invocar um espírito democrata quando na reunião de 10 de dezembro de 2021, o Sr. Presidente da Câmara, no seu relatório

16.
Pedro
M.A.

escrito, apenas faz referência às festas e festinhas de que tanto gosta, encobrendo um assunto de enorme impacto na qualidade de vida da população, precisamente durante o período eleitoral? Que explicações têm para dar a esta Assembleia quanto ao visível desinteresse em abordar esta temática em campanha eleitoral? -----

Sr. Presidente, como podemos achar que somos a voz do povo se não consultamos o povo? Pois, quase me esquecia, também se acha a voz dos jovens, sem ter reunido o Conselho Municipal da Juventude, tendo só reunido depois da última Assembleia Municipal do mandato anterior? E enquanto membro do público, apresentei-me como Presidente da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo e dirigi-me a esta Assembleia; já durante este mandato, o Grupo Municipal do Partido Socialista questionou várias vezes, sem conta, o porquê de o CMJ não reunir. -----

Sr. Presidente – ele não está presente, mas deixa estas questões na Mesa – espero que já tenham também feito investimentos em *backups* das atas das Assembleias Municipais... -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, eu vou cortar-lhe a palavra se continua a insistir. ----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Não estou a insistir no Conselho Municipal da Juventude, estou a insistir agora na questão da moção, só que estou a ver um paralelo entre as coisas. ----
Na moção estão plasmadas todas as ocorrências, todos os zigzagues e toda a falta de transparência que este Executivo teve, tem, e pelo que se verifica, terá ao longo do seu mandato. São conhecidos os impactos ambientais e os problemas de saúde que uma fábrica desta índole traz para a população vizinha – e quando falo em população vizinha, não me refiro apenas à população de Carviçais, mas também às populações próximas de Mós, e muito provavelmente do Souto. Todos conhecemos o cheiro irrespirável – como muitos o apelidam – proveniente da fábrica de bagaço existente no Pocinho. Todos sabemos da permanente neblina cinzenta que se projeta na atmosfera ao serem emanados gases resultantes da atividade da mesma fábrica.-----
Todos sabemos que o valor do índice da qualidade do ar que a população respira é muito baixo.-
E pergunto se desconhecem que a maioria da população de Carviçais também é de idade avançada, com risco acrescido de que poderá vir a contrair doenças respiratórias. Todos sabemos que os valores de saúde e de risco atribuídos pela Legislação Europeia e pela Organização Mundial de Saúde são violados. Todos sabemos que estas realidades que se vivem no Pocinho e em outras regiões do país não vão deixar de continuar a acontecer só porque estamos em Torre de Moncorvo, porque o que é uma realidade em qualquer outro concelho, há de ser também uma realidade no Concelho de Torre de Moncorvo e na Freguesia de Carviçais.-
Todos sabemos que estes temas já foram levados a debate na Assembleia da República, num passado relativamente recente, muito devido à negatividade das suas consequências. Mas,

M.
M.
Pedro

também todos sabemos aqui que o PSD e o CDS foram os principais obreiros, e com todos os constantes ziguezagues, os mais coniventes com toda esta situação de mau estar provocada em Torre de Moncorvo. -----

Por último, quero reforçar que é fundamental que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo cumpra o seu dever. Depois de toda esta novela mexicana em que se envolveram e dos ziguezagues que os têm norteado, resolvam este imbróglio da forma que se impõe, dando, conforme as recomendações desta moção, um parecer negativo ao pedido de licenciamento / construção de unidade industrial transformadora de bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Deputado Diogo, agradeço o esclarecimento. -----

Eu venho acompanhar aqui as palavras do deputado Luís João, lamentando o facto de não ter sido possível apresentar uma moção conjunta, factual e objetiva sobre este assunto. Ainda por cima é um assunto em que, teoricamente, estamos todos de acordo, somos contra a construção da fábrica, e objetivamente poderia ter sido criado aqui um mecanismo de poder haver uma união parlamentar, e juntar a força dos dois Grupos. -----

Gostaria também de dizer, Sr. Presidente, que, pessoalmente, sou manifestamente contra a construção desta fábrica, e que devemos sempre lutar, como é falado nesta mesma freguesia, pelo bem-estar e melhor qualidade de vida dos nossos cidadãos. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Iríamos, então, passar à votação da moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, sobre a construção de uma unidade industrial transformadora de bagaço na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, com 20 votos contra e 8 votos a favor (dos deputados José Aires, Diana Cabeleira, Diogo Oliveira, Fausto Tiago, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes, António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes) **rejeitar a Moção intitulada “Contra a Construção da Unidade Industrial Transformadora de Bagaços na Freguesia de**

16.
Edição
M.

Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta: -----

-----**Declaração de Voto**-----

“Os Grupos Municipais do PPD/PSD e CDS-PP vêm declarar o seu voto contra esta moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

Dito isto, como já foi apresentado nesta mesma casa, na última sessão da Assembleia Municipal do dia 18 de fevereiro de 2022, na tomada de posição da Comissão Política do PSD pelo deputado José Meneses; pela Junta de Freguesia de Carviçais, na pessoa do seu Presidente, Francisco Braz; e pela posição do Executivo Municipal, contra a construção da fábrica da unidade industrial transformadora de bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo. Reiteramos que os nossos Grupos Parlamentares são contra a construção da fábrica da unidade industrial transformadora de bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo. -----

No entanto, não poderíamos aprovar uma moção que ultrapassa de uma forma explícita tudo aquilo que são as componentes ambientais, de saúde pública e urbanísticas da Freguesia de Carviçais. Trata-se de um documento que, apesar de o título ser unânime entre todos nós, apresenta um enquadramento manifestamente político com o qual os Grupos Municipais do PPD/PSD e CDS-PP não estão de acordo. -----

Para terminar, reafirmamos uma vez mais que os Grupos Municipais do PPD/PSD e CDS-PP são contra a construção da fábrica da unidade industrial transformadora de bagaços na Freguesia de Carviçais, Concelho de Torre de Moncorvo. -----

Torre de Moncorvo, 29 de abril de 2022”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar ao Ponto n.º 8. -----

PONTO 8 — ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO DOURO (ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 83.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12.09). -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS). -----

M
H
Rede

-----**O Presidente de Mesa:** Já entrou uma lista, mas não sei se o Líder do Grupo Parlamentar vai entregar alguma lista. Relativamente ao Ponto n.º 8, vão entregar alguma lista? Agradecia. - Entraram duas listas para a eleição de dois representantes. -----

A “Lista A”, que tem como efetivos Luís Miranda Rei e João Augusto Leal Leonardo, e como suplente, Luís João Fernandes Dias. -----

A “Lista B”, Altina Pinto e Diogo Oliveira como efetivos (primeiro e segundo), e suplente, José Aires. -----

Então, iríamos passar à votação. O Sr. Deputado António Júlio pretende intervir ? Mas não pode pois estamos num ponto relativo a uma eleição. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Assembleia, certamente que o senhor e vários membros desta Assembleia estão recordados da controvérsia havida há quatro anos entre nós, relativamente à eleição dos representantes do Município na Assembleia Intermunicipal do Douro. -----

Na ocasião senti-me injustiçado, como candidato, pela sua política do “posso, quero e mando”. - Foram estas as palavras que eu, na altura, utilizei. -----

Durante quatro anos, este Município esteve ilegalmente representado na Assembleia Intermunicipal, porque V. Exa. usou de prepotência e promoveu a ilegalidade, quando lhe competia promover a legalidade e a justiça. -----

Hoje a situação é de acrescida gravidade, na medida em que V. Exa. foi eleito Presidente da Assembleia Intermunicipal na sequência de uma eleição ferida de legalidade, como voltou a acontecer ao início deste mandato. -----

Para memória futura e por uma questão de honestidade política, convém que os factos fiquem registados em ata e que deles seja dado conhecimento à Assembleia Intermunicipal. -----

Embora tardio e não remediando os males provocados, penso que um pedido de desculpas será um ato mínimo de justiça e humildade democrática. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Aqui não há o “quero, posso e mando”, e a prova é que vamos proceder à votação. -----

Eu assumo este e todos os erros. Eu nunca na vida virei as costas à minha responsabilidade, e não é agora que vou virar. Portanto, se houve um erro, estou cá para assumir, e sempre assumirei os meus erros. Nunca me escondi atrás de nada nem de ninguém, quanto às minhas responsabilidades. Foi assim, tanto política, como profissionalmente. Evidentemente, eu sou humano e falho. Como vejo, há pessoas que são deuses e nunca falham. Peço desculpa pelos erros que possam ter ocorrido. -----

Quanto à controvérsia, não houve nenhuma controvérsia há quatro anos; houve um erro, fruto talvez de uma certa inexperiência no exercício das funções. Se a questão fosse levantada na época – que não foi, podem consultar as atas, não foi – certamente teria corrigido na altura, e não teria sido repetido agora. Neste momento, foi levantado, e bem, foi corrigido, ou está a ser corrigido, ou vai ser corrigido. -----

Quanto às responsabilidades, sejam pessoais, sejam políticas, como disse, estou cá sempre para as assumir. Efetivamente, eu costumo dizer uma coisa, e que fique claro: eu costumo dizer que cumpri um serviço militar, que foi um serviço à nação. Estar aqui na Assembleia Municipal, considero-o um serviço cívico para o concelho. Não sei se o concelho o reconhece, se é útil, ou não, esse serviço que presto ao concelho. Tento, ao longo da minha carreira política – que é curta e de pouca relevância – e na minha carreira profissional, seja como docente, seja como diretor, subdiretor, ou Vice-presidente do Conselho Diretivo, etc., prestar esse serviço à comunidade. -----

Efetivamente, no final da nossa vida, todos temos um “deve” e um “haver”, e depois hão de nos julgar, e esperamos que nos julguem bem. -----

Vamos, então, votar. Há duas listas, a Lista A – eu repito os nomes, Luís Miranda Rei, João Leonardo e Luís Dias; Lista B, Altina Pinto, Diogo Oliveira e José Aires. Só votam os membros eleitos. -----

Todos têm um papel em branco? Então, escrevem uma letra, “A” ou “B”, ou nenhuma, como quiserem. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do artigo 83.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **elegeu por escrutínio secreto**, segundo o sistema de representação e o método da média mais alta de Hondt, como: **membros efetivos - os deputados Luís Miranda Rei e Altina Lopes Pinto e como membro suplente - o deputado João Augusto Leonardo para integrarem a Assembleia Intermunicipal do Douro.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há público. Passaremos, então, à minuta da ata do dia de hoje.-

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado a todos, e uma boa tarde.-----


-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luis Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Fernanda Silva)